

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM DIREITO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO DO TRABALHO

ALINE THUROW

**PRESCRIÇÃO E ACIDENTE DE TRABALHO**

Porto Alegre  
2015

ALINE THUROW

## **PRESCRIÇÃO E ACIDENTE DE TRABALHO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Direito do Trabalho da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para aprovação.

Orientador: Professor Mestre Francisco Rossal de Araújo

Porto Alegre

2015

ALINE THUROW

## **PRESCRIÇÃO E ACIDENTE DE TRABALHO**

Trabalho de conclusão de curso de Pós - Graduação em Direito do Trabalho  
apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a  
obtenção do Diploma de conclusão da Pós-Graduação.

Aprovado em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Nome do professor - instituição

---

Nome do professor - instituição

---

Francisco Rossal de Araújo - UFRGS

## **Agradecimentos**

A Deus sem Ele nada podemos fazer, Nele está toda a fonte de sabedoria.

À minha família, em especial minha mãe, por me animar e encorajar sempre.

Aos meus amigos e amigas, pela ajuda, suporte, carinho neste tempo para escrever o presente trabalho.

Ao meu orientador professor Francisco Rossal de Araújo pelo direcionamento na escolha do tema, paciência e atenção em cada etapa até a conclusão desta monografia.

Ora, o salário daquele  
que trabalha não é  
considerado  
como favor,  
mas como dívida.  
(Romanos 4:4)

## **RESUMO**

O art. 7º, XXIX da Constituição Federal prevê um limite para trabalhador urbano e rural ajuizar ação para buscar créditos trabalhistas devidos pelo empregador. O presente estudo visa adentrar sobre os prazos prescricionais previstos no ordenamento jurídico trabalhista. O dever do empregador indenizar quando presente situações de acidente do trabalho, ou doença ocupacional, e que geraram ao empregador dano moral, material e estético. O marco inicial para este prazo ocorrer, de acordo com o entendimento jurisprudencial dos tribunais.

Palavras chaves: Art. 7º, inciso XXIX da Constituição Federal de 1988; Acidente do trabalho; doença profissional; Dever do empregador indenizar; Dano moral; Dano material;

## **ABSTRACT**

The art. 7, XXIX of the Federal Constitution provides for the limit on urban and rural workers' access to seek labor credits owed by the employer. This study aims to analyze the limitation periods provided for in labour law. The employer's duty to indemnify in present situations of work accident or occupational disease, and that led to moral damages employer, material and aesthetic. The starting point for this term occurs, according to the jurisprudential understanding of the courts.

Key words: Art 7, XXIX of the 1988 Federal Constitution;. Accidents at work; occupational disease; Employer's duty to indemnify; Moral damage; Property damage;

## SUMÁRIO

|                                                                                              |           |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                      | <b>10</b> |
| <b>1 CONCEITO GERAL DA PRESCRIÇÃO .....</b>                                                  | <b>12</b> |
| 1.1 ORIGEM HISTÓRIA.....                                                                     | 13        |
| 1.2 PRESCRIÇÃO NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO.....                                              | 14        |
| <b>1.2.1 Código Civil de 1916 versos Código Civil de 2002.....</b>                           | <b>15</b> |
| 1.3 Diferença entre Prescrição e Decadência .....                                            | 17        |
| 1.4 Causas Impeditivas, Suspensivas e Interruptiva.....                                      | 19        |
| 1.5 Regra para Prescrição.....                                                               | 23        |
| <b>2 PRESCRIÇÃO TRABALHISTA .....</b>                                                        | <b>24</b> |
| 2.1 NORMA ESPECÍFICA PARA A PRESCRIÇÃO NO DIREITO DO<br>TRABALHO.....                        | 25        |
| 2.2 PRESCRIÇÃO NOS CONTRATOS RURAIS .....                                                    | 27        |
| 2.3 PRESCRIÇÃO NOS CONTRATOS DOMÉSTICOS.....                                                 | 28        |
| 2.4 PRESCRIÇÃO SOBRE O RECOLHIMENTO DO FGTS. ....                                            | 29        |
| 2.5 PRESCRIÇÃO TOTAL E PARCIAL... ..                                                         | 32        |
| 2.6 REGRA DE TRANSIÇÃO ART. 2.028 DO CÓDIGO CIVIL.....                                       | 36        |
| <b>3 ACIDENTE DO TRABALHO.....</b>                                                           | <b>37</b> |
| 3.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....                                                                  | 41        |
| 3.2 BEM JURÍDICO TUTELADO PELA CONSTITUIÇÃO DE 1988.....                                     | 43        |
| 3.3 RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR INDENIZAR EM ACIDENTE DE<br>TRABALHO.....                 | 44        |
| 3.3.1 Indenização por Dano Moral em Acidente do Trabalho.....                                | 45        |
| 3.3.3 Indenização por Dano Material em Acidente do Trabalho.....                             | 48        |
| 3.4 PRESCRIÇÃO PARA INDENIZATÓRIA EM ACIDENTE DO TRABALHO.....                               | 49        |
| 3.4.1 Prazo Prescricional para Indenização entre 2003 e 2005 em Acidente do<br>Trabalho..... | 51        |
| 3.4.2 Prazo Prescricional para Indenização em Acidente do Trabalho após<br>01.01.2005.....   | 52        |



|                                                                                                 |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 3.4.3 Regra de Transição para Postular Indenização em Acidente do Trabalho.....                 | 53         |
| 3.5 SÚMULA 278 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, E A INDENIZAÇÃO<br>EM ACIDENTE DO TRABALHO..... | 54         |
| <b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                             | <b>59</b>  |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                         | <b>622</b> |

## INTRODUÇÃO

Com a revolução industrial no século XVIII e XIX as jornadas de trabalho eram extensão com condições mínimas de segurança e saúde para o obreiro, consequentemente gerando inúmeros acidentes, em tempos onde direitos e garantias do empregado não se mencionavam, mas apenas o dever de produzir para as indústrias.

No Brasil, no século XIX ocorreu o chamado “surto industrial” com a criação de industriais, substitui-se o trabalho escravo pelo assalariado, com jornadas de trabalho de até 16 horas diárias admitindo-se mulheres e crianças, em condições precárias de saúde, sem nenhuma regulamentação salarial.<sup>1</sup>

Número de acidentes do trabalho conforme o site da previdência social em janeiro de 2015 atingiu 18.793 acidentados registrados no Brasil, contudo o número de entrada no auxílio doença na previdência no mesmo mês foi de 164.602<sup>2</sup>.

A previdência social separou em dois grupos, aqueles que sofreram acidente e as doenças ocasionadas pelo trabalho. Ocorre acidente de trabalho quando o empregado está dentro ou fora do ambiente de trabalho e de forma brusca, agressiva retira o empregado de imediato da atividade laboral, e a doença do trabalho ocasionada pela da profissão que se prolonga no tempo.

Acidente o trabalho remete tão logo a idéia de lesão gerado por alguém, no caso por negligência, imprudência ou imperícia do empregador ou empregado ou até mesmo terceiros, quando por culpa ou dolo do empregador é dever indenizar a vítima dos danos sofridos, moral, material ou estético.

A Constituição de 1988 arrolou nos artigos 5º ao 7º direitos sociais e garantias fundamentais do empregado, um ambiente seguro e saudável, e dever do empregado garantir este direito, e de indenizar caso esse direito venha ser violado.

O presente trabalho tem por objetivo discorrer sobre os prazos prescricionais para o empregado postular em juízo ações de indenizações ocasionadas por acidente do trabalho.

---

<sup>1</sup> Pesquisa retirada do site: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/LiteraturaInfantil/conthist.htm>, acesso em 27/09/2015.

<sup>2</sup> Pesquisa retirada do site: [http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2015/08/Aux-Doenca-Conc-Prev-e-Acid-X-CID-e-Clientela\\_2015-Acid.pdf](http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2015/08/Aux-Doenca-Conc-Prev-e-Acid-X-CID-e-Clientela_2015-Acid.pdf); acesso em 28/09/2015

Em um primeiro momento será abordado conceitos do instituto da prescrição e sua origem histórica, a previsão legal desde o Código Civil de 1916, a Constituição Federal, e o atual Código Civil.

Prazos que o instituto prevê para postular em juízo a pretensão de direito, as causas que interrompem, suspendem ou impedem que a prescrição flua normalmente, e ainda a diferença que com o instituto da decadência.

No segundo momento a prescrição aplicada no Direito de Trabalho, e a previsão conforme entendimento sumulado pelos Tribunais superiores, e a jurisprudência.

No direito do trabalho o instituto da prescrição possui algumas peculiaridades, como por exemplo o FTGS, se o prazo aplicável é trintenário ou quinquenário; ou ainda os empregados domésticos diante de uma ação trabalhista ajuizada aplicam-se os prazos previstos na Constituição para os empregados, chamados prazos trabalhistas, já que ordenamento jurídico não tratou desta matéria se omitindo.

E por fim, contextualizar dentro do acidente do trabalho o instituto da prescrição.

Quando o empregado diante de um acidente do trabalho ou doença do trabalho vai postular em juízo a indenização por um direito que foi violado, o direito de estar em um ambiente seguro e que prioriza a sua saúde.

Qual o prazo utilizado conforme a jurisprudência dos Tribunais Superiores, como também do Tribunal Regional do Trabalho da 4º Região.

## 1 CONCEITO GERAL DA PRESCRIÇÃO

O Código Civil Brasileiro separou os seus dispositivos as matérias no mesmo capítulo estão: os fatos jurídicos, atos jurídicos lícito e ilícito, e o instituto da prescrição e da decadência.

Os fatos jurídicos englobam eventos criados pelo ser humano e tem influência no mundo do direito. Esses fatos podem ser atos jurídicos lícitos e ilícitos.

Silvio Rodrigues explica que os fatos jurídicos, conceituando de forma muito ampla, é qualquer atividade humana ou decorrente de fatos naturais e que geram eventos capazes de influenciar o direito, e, por conseguinte criar, transferir, conservar, modificar, ou extinguir relações jurídicas.<sup>3</sup>

Quando estas relações jurídicas nascem pela vontade do homem o objetivo é o final dela com êxito, e quando por algum motivo esses fatos jurídicos não ocorrem como desejava uma das partes, se sentindo prejudicada, nasce o direito de pretensão para reivindicar este direito, dentro do limite ou prazo criado por lei para o direito de ação.

Humberto Theodoro Junior discorre que o fato jurídico é a base do conceito nas relações jurídicas dentro do Direito, bem como das obrigações das quais cuida o ordenamento jurídico e a ciência do direito.<sup>4</sup>

Como a prescrição está diretamente ligada ao fato jurídico, Silvio Rodrigues inicia explanando que o personagem principal deste instituto é o tempo, em qualquer outra relação jurídica a sua interferência é substancial, e para a sociedade um interesse em interligar a juridicidade com àquelas que se prolongam no tempo.<sup>5</sup>

O tempo irá interferir nas relações jurídicas de duas maneiras: A primeira através da prescrição aquisitiva, em que o indivíduo desfruta de um direito por

<sup>3</sup> RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2000. Pg. 159

<sup>4</sup> JUNIOR, Humberto Theodoro. **Comentários ao novo Código Civil, volume 3, t.2: Dos defeitos do negócio Jurídico ao final do livro III**. Rio de Janeiro: Forense, 2003. **Apub:** SAVIGNY, Frederic Charles di. *Traité de droit romain*. Paris: F. Didot, 1845, vol. 3, §48; FREITAS, Augusto Teixeira de. *Código Civil – Esboço*. Ministério da Justiça, 1983, art. 431; PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições cit.*, v. I. nº 78, pg. 291; RUGGIERO, Roberto de. *Instituições cit.*, v. I, §29, p. 309. GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de direito civil. Parte Geral*. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 296.

<sup>5</sup> Ibidem, 318.

extenso período de tempo, podendo então incorporar ao seu patrimônio, chamado de usucapião. E a segunda pela prescrição extintiva, em que o indivíduo deixou de exercer uma ação que resguardava um direito subjetivo perdendo o direito de utilizá-la. O tempo em ambos os casos foi o elemento fundamental nas relações jurídicas para constituir um direito colaborando, ou operando para eliminar a ação.<sup>6</sup>

## 1.1 ORIGEM HISTÓRICA

Foi o direito romano que deu origem a prescrição, originária do latim *praescriptio*, com o significado de escrever antes ou no começo *praescribere*, trazendo luz para o conceito desta expressão jurídica.<sup>7</sup>

Os primeiros tempos de Roma até Cícero, seguiu-se o sistema formulário do direito pretoriano, o período das *legis actiones*, que vigorou desde o sexto século até DIOCLECIANO, nesse regime em cada processo ordinário ou *ordinaria judicia*, o pretor nomeava um juiz, e a eles era dado uma fórmula que predeterminava a forma de julgamento, e que consistia na instituição do juiz, e na apresentação das partes que formariam o litígio, na pretensão do autor e contestação do réu, a *condemnatio*, e na condenação ou absolvição do juiz.<sup>8</sup>

No ano 520 em Roma, a Lex Aebulia, deu o poder de criar ações não previstas no ordenamento, e ao pretor de introduzir um prazo para a duração, surgindo as ações temporárias, contrapondo as ações perpétuas do direito quiritário.

Diante de uma ação temporária com a fórmula estatuída, se estivesse extinto o prazo de duração da ação era permitido ao juiz que na parte introdutória já absolver o réu, dando sentido ao conceito da palavra *praescriptio*, pois através desta atitude regulamentava a prescrição que aplicava o instituto antes de julgar, no começo. E o que chamavam de fórmula assumia espaço em questões preliminares, na nova aceção também cabia a extinção da ação pela expiração do prazo no andamento da ação.<sup>9</sup>

---

<sup>6</sup> Ibidem.

<sup>7</sup> Ibidem

<sup>8</sup> Ibidem

<sup>9</sup> LEAL, Antônio Luís da Câmara. **Da Prescrição e da Decadência**. 2 ed. Rio: Ed. Forense, 1959. Pg 17 e 18

Câmara Leal explica que o termo de origem latina *praescriptio*, surgiu em razão de uma fórmula em que o autor dos fatos demonstrava a intenção da ação, solicitava ao juiz da causa a condenação que deveria ser aplicada, o juiz por sua vez autorizava a causa; foi neste momento que os juízes instituíram um prazo para as ações, aplicadas principalmente pelos juízes no direito romano nas ações reivindicatórias pela longa duração da posse, que através da lei das XII tábuas o cidadão romano adquiria a propriedade pelo uso da coisa durante dois anos.<sup>10</sup>

A Constituição Teodosiana estabeleceu um prazo de 30 anos para a extinção de todas as ações para aquelas que não tivessem prazo menor de duração, abolindo a perpetuidade das ações oriundas do *jus civile*.<sup>11</sup>

Câmara Leal continua que Justiniano unificou o título de aquisição da propriedade, e a simples exceção processual contra a reivindicação surgindo a prescrição aquisitiva.<sup>12</sup>

A prescrição foi introduzida no sistema pretoriano como causa obstativa da ação temporária. A Constituição Teodosiana ampliou este conceito para todas as ações pelo desaparecimento das perpétuas, já que a prescrição tem por efeito direto e imediato extinguir ações ocasionado pelo não-exercício num certo lapso de tempo tendo como causa eficiente a inércia do titular da ação, e o fator operante, o tempo.

## 1.2 PRESCRIÇÃO NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO

O instituto da prescrição no Brasil teve previsão no ordenamento pelo Código Civil de 1916 discretamente fazendo apenas alusão da matéria, foi com a reforma que o assunto tomou forma de maneira mais específica, além de diferenciar em seus dispositivos os institutos da prescrição e da decadência.

Câmara Leal inicia explicando que o nosso Código Civil tomou como base a corrente dualista para a prescrição. Nas ações que extingue a aquisição da propriedade, chamado por usucapião, juntamente com o entendimento alemão que

---

<sup>10</sup> Ibidem. Pg. 17

<sup>11</sup> Ibidem. Pg. 19

<sup>12</sup> Ibidem.

incluiu a prescrição na parte geral; e a aquisitiva na parte especial no que concerne ao direito das coisas.<sup>13</sup>

A prescrição tem por efeito extinguir as ações que por consequência recaiu pelo não exercício durante um certo lapso de tempo. O instituto não age contra a inércia do direito e sim contra a inércia da ação, e com o fim de estabelecer o direito. A prescrição nada mais é que a extinção de um direito.

O inciso XXXV do artigo 5º da Constituição de 1988, prevê que a lei não deve excluir do poder judiciário o direito de ação que o indivíduo possui diante de uma lesão ou ameaça ao seu direito<sup>14</sup>, nos comentários ao novo Código Civil de 2002 do Ministro Cezar Peluso, defende que não pode ser compreendido que o direito de ação foi retirado, mas que o instituto traz como consequência a perda da exigibilidade de um direito pelo decurso do tempo.<sup>15</sup>

Maria Helena Diniz explica que o titular de um direito deve buscar atos que conservem seu direito, como por exemplo através de protesto, arresto, sequestro, enfim atos que venham atribuir mora ao devedor, e diante de uma ameaça ou violação, o direito subjetivo está protegido.<sup>16</sup>

Quando presente a prescrição toda a defesa sobre o direito material e contra a pretensão estará prejudicada.<sup>17</sup>

### 1.2.1 CÓDIGO CIVIL DE 1916 VERSOS CÓDIGO CIVIL DE 2002

Humberto Theodoro Junior, ao comentar o novo Código Civil, diz haver uma deficiência no antigo Código no tratamento dos prazos extintivos que todos estavam englobados e regidos pelos mesmos princípios e regras, cabendo ao legislador

<sup>13</sup> Ibidem. Pg. 20

<sup>14</sup> O texto legal é o seguinte: artigo 5º, XXXV da CF/88, “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;”

<sup>15</sup> PELUZO, Cezar. **Código Civil comentado: doutrina e jurisprudência : Lei n. 10.406, de 10.01.2002: Contém o Código Civil de 1916/ coordenador Cezar Peluso.** – 4. Ed. ver. E atual. – Barueri, SP: Manole, 2010.

<sup>16</sup> DINIZ, Maria helena. **Código Civil anotado/ Maria Helena Diniz.** – 9. Ed. ver. E atual. de acordo com o novo Código Civil (Lei n. 10.406, de 10-01-2002). São Paulo: Saraiva, 2003. Pg. 183.

<sup>17</sup> Ibidem. pg. 183.

garimpar e diferenciar prazos que poderiam ser considerados prescricionais, e aqueles que representavam na verdade prazos de decadência.<sup>18</sup>

A deficiência que o Código de 1916 apresentou para o instituto e que possibilitou segundo o autor resultou em inúmeras teses e posicionamentos doutrinários sobre a extinção da ação e a extinção dos próprios direitos, além de conflitar com os conceitos da prescrição e da decadência.

Com o novo Código Civil de 2002 conceituou a prescrição eliminando inúmeros precedentes, discussões doutrinárias além de dúvidas para o ordenamento, e que a prescrição surgiu porque um direito que foi violado, consequentemente nasceu para o titular o direito de pretensão até certo prazo conforme fixados pelos artigos 205<sup>19</sup> e 206<sup>20</sup>.

---

<sup>18</sup> THEODORO JUNIOR, op. Cit. Pg. 148/149

<sup>19</sup> O texto legal é o seguinte: “art. 205. A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

<sup>20</sup> O texto legal é o seguinte: “Art. 206. Prescreve: § 1º Em um ano: I - a pretensão dos hospedeiros ou fornecedores de víveres destinados a consumo no próprio estabelecimento, para o pagamento da hospedagem ou dos alimentos; II - a pretensão do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele, contado o prazo: a) para o segurado, no caso de seguro de responsabilidade civil, da data em que é citado para responder à ação de indenização proposta pelo terceiro prejudicado, ou da data que a este indeniza, com a anuência do segurador; b) quanto aos demais seguros, da ciência do fato gerador da pretensão; III - a pretensão dos tabeliães, auxiliares da justiça, serventuários judiciais, árbitros e peritos, pela percepção de emolumentos, custas e honorários; IV - a pretensão contra os peritos, pela avaliação dos bens que entraram para a formação do capital de sociedade anônima, contado da publicação da ata da assembléia que aprovar o laudo; V - a pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes, contado o prazo da publicação da ata de encerramento da liquidação da sociedade. § 2º Em dois anos, a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem. § 3º Em três anos: I - a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos; II - a pretensão para receber prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias; III - a pretensão para haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de um ano, com capitalização ou sem ela; IV - a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa; V - a pretensão de reparação civil; VI - a pretensão de restituição dos lucros ou dividendos recebidos de má-fé, correndo o prazo da data em que foi deliberada a distribuição; VII - a pretensão contra as pessoas em seguida indicadas por violação da lei ou do estatuto, contado o prazo: a) para os fundadores, da publicação dos atos constitutivos da sociedade anônima; b) para os administradores, ou fiscais, da apresentação, aos sócios, do balanço referente ao exercício em que a violação tenha sido praticada, ou da reunião ou assembléia geral que dela deva tomar conhecimento; c) para os liquidantes, da primeira assembléia semestral posterior à violação; VIII - a pretensão para haver o pagamento de título de crédito, a contar do vencimento, ressalvadas as disposições de lei especial; IX - a pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório. § 4º Em quatro anos, a pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas. § 5º Em cinco anos: I - a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular; II - a pretensão dos profissionais liberais em geral, procuradores judiciais, curadores e professores pelos seus honorários, contado o prazo da conclusão dos serviços, da cessação dos respectivos contratos ou mandato; III - a pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.



O artigo 189 do Código Civil de 2002 conceituou a prescrição, dispondo: *“Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts. 205 e 206.”*

Segue o autor contrastando a matéria com relação as pretensões patrimoniais no Código vigente com o de 1916, o qual vedava ao juiz conhecer de ofício a prescrição em questões de direito patrimonial, ao contrário da Código de Processo Civil no artigo 219, §5<sup>21</sup> e ainda a Súmula 405 do STF<sup>22</sup> que em execuções fiscais autoriza a prescrição de ofício. A prescrição não poderá ser reconhecida de ofício pelo juiz em hipótese alguma, no entanto o próprio legislador atribuiu os prazos para tal matéria nos artigos 205 e 206.<sup>23</sup>

Então, a atualização do Código Civil de 2002 trouxe para estes institutos a sua diferenciação, sanando de certa maneira as brechas que o antigo havia deixado.

### 1.3 DIFERENÇA ENTRE PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

O Código Civil de 1916 não estabeleceu critérios de diferenciação em seus dispositivos sobre a prescrição e a decadência, e o alcance que ambos atingiriam, foi apenas o código de 2002 que optou por conceituar a prescrição como perda da pretensão, idéia que se aproxima do direito Romano, a *actio*. E a decadência a perda de um direito.<sup>24</sup>

O artigo 189 do Código Civil dispõe sobre a prescrição que quando violado o direito, nasce para o titular a pretensão que se extingue pela prescrição.<sup>25</sup>

O que define a decadência no atual Código é onde ela não se aplica, que: *“Salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à decadência as normas, que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.”*<sup>26</sup>

<sup>21</sup> O texto legal é o seguinte: “Art. 219. A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa; e, ainda quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição. § 5º O juiz pronunciará, de ofício, a prescrição.”

<sup>22</sup> O texto legal é o seguinte: art. 219, §5º “ Em execução fiscal, a prescrição ocorrida antes da propositura da ação pode ser decretada de ofício.”

<sup>23</sup> THEODORO JUNIOR, op. Cit., pg. 170/171

<sup>24</sup> Ibidem, Pg. 148/150.

<sup>25</sup> BRASIL. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Planalto**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm). Acesso em: 28 set. 2015

Luis Câmara Leal apresenta semelhanças entre elas, ambas têm como fatores operantes a inércia e o tempo, e se fundam na inércia continuada do titular durante um certo lapso de tempo. Como o nosso Código adotou como base o entendimento da escola alemã, onde a prescrição extingue diretamente as ações e indiretamente os direitos, a diferença da prescrição para a decadência, pois a decadência extingue diretamente o direito e com ele a ação que o protege.<sup>27</sup>

Clóvis Beviláqua aduz a prescrição atua em razão da perda de uma ação ligado a um direito, que não foi utilizado durante um determinado espaço de tempo para a sua defesa.<sup>28</sup>

Arnaldo Rizzardo entende com relação a prescrição que a teoria alemã é utilizada no Brasil, a qual considera a perda da ação ligado a um direito.<sup>29</sup>

A diferença está na ação e no direito, pois a decadência extingue diretamente o direito e juntamente a ação que protege em virtude da inércia do seu titular subordinado à condição de seu exercício dentro de um prazo prefixado, e que se esgota sem verificar o seu exercício. A prescrição, por seu termo extingue diretamente ação e com ela o direito, pela inércia do exercício da ação no tempo.

No mesmo contexto de diferenciação, a prescrição pode ser suspensa, interrompida ou impedida, na decadência seu prazo é fatal, muito embora o Código de Defesa do Consumidor no art. 26, §2º<sup>30</sup>, prevê causas que obstem ou suspende a decadência.<sup>31</sup>

A decadência não pode ser renunciada, por se tratar de ordem pública, autorizando ao juiz o conhecimento por ofício.<sup>32</sup>

---

<sup>26</sup> Ibidem

<sup>27</sup> LEAL, op. cit. Pg. 114

<sup>28</sup> BEVILÁQUA, Clóvis. **Teoria Geral do Direito Civil**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1980. Pg. 286.

<sup>29</sup> RIZZARDO, Arnaldo. **Parte Geral do Código Civil: Lei n. 10.406, de 10.01.2002**. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006, pg. 609.

<sup>30</sup> O texto legal é o seguinte: Art.26 § 2º Obstem a decadência: I - a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca; III - a instauração de inquérito civil, até seu encerramento.

<sup>31</sup> PELUSO, op. Cit. pg. 168.

<sup>32</sup> Ibidem, pg. 169.

Explica Humberto Theodoro Junior, que a decadência surge junto com o direito, e o indivíduo terá um tempo para exercer, caso contrário esse direito estará decaído, ao contrário da prescrição, em que o prazo nasce com a violação do direito.<sup>33</sup>

Francisco Amaral entende que a decadência é perda do direito de provocar um direito, pela inércia do titular, durante o lapso de tempo determinado pela lei.<sup>34</sup>

Como a prescrição tem por efeito extinguir as ações ocasionado pelo não exercício durante um certo lapso de tempo. O instituto não é contra a inércia do direito e sim contra a inércia da ação que ela age, com o fim de estabelecer o direito.

Existem quatro elementos para a prescrição: a) existência de uma ação exercitável (*actio nata*); b) inércia do titular da ação pelo seu não-exercício; c) continuidade dessa inércia durante um certo lapso de tempo; d) ausência de algum fato ou ato, a que a lei atribua eficácia impeditiva, suspensiva ou interruptiva do curso prescricional.<sup>35</sup>

No mesmo sentido, o Código Civil prevê três ordens sobre o instituto da prescrição como causas que influenciam na prescrição, impedindo, suspendendo ou interrompendo, que abordaremos detalhadamente no item seguinte, conforme a legislação, e também o entendimento doutrinário.

#### 1.4 CAUSAS IMPEDITIVAS, SUSPENSIVAS E INTERRUPTIVAS

Nas relações jurídicas e diante de um ato externado pelas partes, existem situações que conforme o Código Civil de 2002, impedem, suspendem ou interrompe o andamento da prescrição.

Câmara Leal, elenca as causas que impede a prescrição da seguinte forma:  
a) entre cônjuges, na constância do matrimônio; b) entre ascendentes e

<sup>33</sup> THEODORO JÚNIOR, op. cit., Pg. 357

<sup>34</sup> AMARAL, Francisco. **Direito Civil: Introdução**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, pg. 579.

<sup>35</sup> LEAL. Op. Cit., Pg. 25

descendentes; c) entre tutelados e tutores, na vigência da tutela; d) entre curatelados e curadores, na vigência da curatela; e) contra o depositante, na guarda dos bens pelo depositário, pelo credor pignoratício; g) contra todos, em que a condição suspensiva e o prazo ainda não está vencido; h) contra o adquirente, e a favor do transmitente, a pendência de ação a evicção proposta por terceiro.<sup>36</sup>

Para Silvio Rodrigues, as causas de suspensão e impedimento são tratadas pelo Código conjuntamente, já que podem atuar conjuntamente pois em situações que o prazo da prescrição ainda não começou a fluir e ocorre uma das causas impeditivas mencionadas na lei, ele não se inicia, mas se o prazo já iniciou quando e então surge a causa de impedimento, seu curso se suspende.<sup>37</sup>

Ocorrendo uma das causas elencadas nos artigos 197<sup>38</sup>, 198<sup>39</sup> e 199<sup>40</sup> do Código Civil, que impedem o curso da prescrição, o prazo fica suspenso até que a causa impeditiva chegue ao fim.

Ela se torna impeditiva, segundo Câmara Leal porque aquelas causas impedem o seu início, e assim que a prescrição corra normalmente.<sup>41</sup>

As causas suspensivas para Câmara Leal ocorrem quando a prescrição já está em curso, surge uma determinada situação prevista em lei que suspende, ficando paralisado enquanto perdura, para continuar, novamente, quando elas desaparecem.<sup>42</sup>

A prescrição não continuará com o seu curso normalmente, ela irá parar no tempo, como aduz Arnaldo Rizzardo “há um lapso no tempo, ou um vazio, como que se o período previsto para a prescrição ficasse parado.”<sup>43</sup>

---

<sup>36</sup> LEAL. Op. cit., Pg. 147

<sup>37</sup> RODRIGUES, loc. Cit.

<sup>38</sup> O texto legal é o seguinte: “Art. 197. Não corre a prescrição: I - entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal; II - entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar; III - entre tutelados ou curatelados e seus tutores ou curadores, durante a tutela ou curatela.

<sup>39</sup> O texto legal é o seguinte: “Art. 198. Também não corre a prescrição: I - contra os incapazes de que trata o art. 3o; II - contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios; III - contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra.

<sup>40</sup> O texto legal é o seguinte: “Art. 199. Não corre igualmente a prescrição: I - pendendo condição suspensiva; II - não estando vencido o prazo; III - pendendo ação de evicção.

<sup>41</sup> LEAL. Op. cit. Pg. 146

<sup>42</sup> Ibidem. pg. 172

<sup>43</sup> RIZZARDO, op. Cit. pg, 630

No que diz respeito à ação, a suspensão impede que ela se extinga pela inércia do titular durante o tempo da causa suspensiva, podendo ser este período longo ou curto a ação está imune ao efeito da prescrição, podendo ser ela transitória ou permanente.<sup>44</sup>

Quando a prescrição interrompe, é porque o curso do seu andamento cessou, em virtude de alguma das causas a que a lei atribui esse efeito.<sup>45</sup>

Enquanto a suspensão apenas faz parar a prescrição no tempo, a interrupção faz com que todo tempo já transcorrido deixe de existir, iniciando novo prazo quando a causa que interrompeu cessou.<sup>46</sup>

O novo Código Civil trouxe um rol no que tange as situações que interrompem a prescrição previstos nos artigos 202<sup>47</sup>, 203<sup>48</sup> e 204<sup>49</sup>: a) por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual; b) por protesto, nas condições do inciso antecedente; c) por protesto cambial; d) pela apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores; e) por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor; f) por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor. g) A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado; h) A interrupção da prescrição por um credor não aproveita aos outros; semelhantemente, a interrupção operada contra o codevedor, ou seu herdeiro, não prejudica aos demais coobrigados. I) A interrupção

---

<sup>44</sup> LEAL, op. cit. Pg. 181.

<sup>45</sup> Ibidem. Pg. 187

<sup>46</sup> RIZZARDO, op. cit. Pg. 630

<sup>47</sup> O texto legal é o seguinte: “Art. 202. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á: I - por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual; II - por protesto, nas condições do inciso antecedente; III - por protesto cambial; IV - pela apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores; V - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor; VI - por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor. Parágrafo único. A prescrição interrompida recomeça a correr da data do ato que a interrompeu, ou do último ato do processo para a interromper.

<sup>48</sup> O texto legal é o seguinte: “Art. 203. A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado.

<sup>49</sup> O texto legal é o seguinte: “Art. 204. A interrupção da prescrição por um credor não aproveita aos outros; semelhantemente, a interrupção operada contra o co-devedor, ou seu herdeiro, não prejudica aos demais coobrigados. § 1º A interrupção por um dos credores solidários aproveita aos outros; assim como a interrupção efetuada contra o devedor solidário envolve os demais e seus herdeiros. § 2º A interrupção operada contra um dos herdeiros do devedor solidário não prejudica os outros herdeiros ou devedores, senão quando se trate de obrigações e direitos indivisíveis. § 3º A interrupção produzida contra o principal devedor prejudica o fiador.

por um dos credores solidários aproveita aos outros; assim como a interrupção efetuada contra o devedor solidário envolve os demais e seus herdeiros. J) A interrupção operada contra um dos herdeiros do devedor solidário não prejudica aos outros herdeiros ou devedores, senão quando se trate de obrigações e direitos indivisíveis. L) A interrupção produzida contra o principal devedor prejudica o fiador.

O que as difere é o momento que elas acontecem, já que uma impede o início do prescricional, e a outra sobrevêm após o seu início, determinando a suspensão.

Quando interrompe o curso já iniciado inutiliza-se todo o curso já decorrido, quando cessada a interrupção, a prescrição inicia novamente, salvo disposição de lei em contrário, exemplo do art. 9º do Decreto nº. 20.910/32<sup>50</sup>. Ela só poderá ocorrer uma vez.

A suspensão interfere apenas no curso prescricional, não invalida o tempo já decorrido antes, de modo que, cessada a prescrição continua a correr, contando o prazo já transcorrido. A suspensão do prazo permitiu que apenas a causa que fez suspender cesse, conta-se o tempo de onde parou, e interrupção, se recomeçam nova contagem.<sup>51</sup>

As principais características entre ambas e que estabelecem suas diferenças, a suspensão tem por fundamento a impossibilidade, reconhecida por lei, para o exercício da ação, não levando em consideração a inércia do titular devido à negligência; já o fundamento da interrupção é o exercício do direito, posto judicialmente em atividade, cessando, a inércia do titular.

As causas suspensivas não necessitam da vontade das partes ou mesmo de fatos que cooperem para ocorrerem, já as causas interruptivas, depende da vontade das partes, provocados e determinados, diretamente, pelas partes.<sup>52</sup>

Desta forma, conforme o artigo 189 do Código Civil, supra citado, quando violado um direito nasce para o titular a pretensão durante um determinado prazo previstos nos artigos 205 e 206 do Código Civil, caso no curso deste período os

---

<sup>50</sup> O texto legal é o seguinte: Art. 9º A prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu ou do último ato ou termo do respectivo processo.

<sup>51</sup> LEAL, op. Cit., pg. 172 e 173

<sup>52</sup> Ibidem, Pg. 186 e 187

mesmos não venham sofrer por algum motivo o seu impedimento, a sua suspensão ou a interrupção nos casos já mencionados.

Silvio Rodrigues diferencia a suspensão da interrupção da seguinte forma diante de uma relação jurídica que ocorre por força de disposição da lei e, em casos determinados, quando reiniciar seu curso, o prazo anteriormente transcorrido será aproveitada, quando a prescrição interrompe é em razão de ato do credor que de forma adequada, torna sem efeito o prazo anteriormente transcorrido.<sup>53</sup>

A importância de conceituar as causas que podem interromper, suspender e impedir a prescrição para poder compreender e aplicar na matéria que será abordada no item 3 do presente trabalho.

## 1.5 REGRA PARA PRESCRIÇÃO

Assim como o instituto da prescrição no Código Civil de 2002 foi específico e distinguiu as causas que suspendem, interrompem, e impedem, e ainda diferenciando a decadência. A legislação vigente previu nos artigos 205 e 206, regra para os prazos a serem fixados, divididos em gerais e especiais.

O prazo geral está previsto no artigo 205, não havendo previsão para prazo menor, a prescrição será em 10 anos. Já os especiais podem ser anuais, bienais, trienais, quadrienais e quinquenais.<sup>54</sup>

A prescrição pode ser intercorrente quando no andamento do processo a prescrição que flui normalmente interrompe, pela propositura de nova ação e logo em seguida ela volta a correr, de seu início. Nada impede que ela venha a consumir no curso do processo.<sup>55</sup>

---

<sup>53</sup> RODRIGUES, op. Cit., pg. 331

<sup>54</sup> AMARAL, op. cit. Pg. 633.

<sup>55</sup> DELGADO, op. cit, pg. 279

A prescrição pode ser renunciada quando alguém invocar um direito para si da desistência, artigo 191<sup>56</sup> do Código Civil de 2002.<sup>57</sup>

Para que possa ocorrer a renúncia é necessário estar presente alguns requisitos: a) não se admite renúncia prévia, a prescrição deve estar consumada; b) a renúncia não pode prejudicar terceiros; c) é unilateral;<sup>58</sup>

Poderá haver renúncia expressa ou tácita pelo interessado, depois de consumada a prescrição e que não gere prejuízo a terceiros.<sup>59</sup>

## 2 PRESCRIÇÃO TRABALHISTA

Como visto anteriormente o instituto da prescrição e o conceito conforme o Código Civil quando violado um direito nasce para o titular a pretensão, que se extingue pela prescrição.

O instituto cabe em todos os ramos do Direito, inclusive o Direito do Trabalho.

No Direito do Trabalho, a matéria se torna mais pontual no que tange aos prazos de extinção do direito de ação e extinção do direito do trabalhador, prevendo nos dispositivos da CLT causas impeditivas, suspensivas e interruptivas.

Exemplo do artigo 440<sup>60</sup> da CLT, onde dispõe que contra menores de 18 anos não corre nenhum prazo de prescrição, ou seja, é uma causa impeditiva e que não permite o instituto atacar esta faixa etária.

A Magna Carta cuidou da matéria em especial trazendo previsão através do artigo 7, XXIX<sup>61</sup>, para postular em juízo os créditos trabalhistas com prazo

---

<sup>56</sup> O texto legal é o seguinte: “Art. 191. A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.

<sup>57</sup> RIZZARDO, op. cit, pg. 620

<sup>58</sup> PELUSO, op. Cit., pg. 145.

<sup>59</sup> DINIZ, op. Cit., pg. 184.

<sup>60</sup> O texto legal é o seguinte: Art. 440 - Contra os menores de 18 (dezoito) anos não corre nenhum prazo de prescrição.



prescricional de 5 anos, com limite de até 2 anos após o término do contrato de trabalho para ajuizar ação.<sup>62</sup>

## 2.1 NORMA ESPECÍFICA PARA A PRESCRIÇÃO NO DIREITO DO TRABALHO

Até a promulgação da Constituição de 1988, a CLT com sua redação de 1943 utilizava o prazo de dois anos como regra geral para prazos prescricionais, após a promulgação da Constituição de 1988, e, também através da Lei nº 9.658/98 acrescentou ao artigo 11<sup>63</sup> da CLT a prescrição de forma mais específica para postular ações quanto à créditos trabalhistas.

Com o artigo 11 da CLT, prevendo prazos de prescrição 5 anos para reaver créditos trabalhistas, se, ajuizada a ação até 2 anos após o término do contrato de trabalho.

Quando extinto o contrato de trabalho tanto para urbanos quanto rurais, o prazo para ajuizar ação reclamatória é de 2 anos, 5 anos é lapso de tempo anterior ao ajuizamento da ação para postular as verbas de acordo com o inciso XXIX do art. 7º da Constituição combinado com o art. 11 da CLT .

Consoante a Súmula nº 308, I do TST<sup>64</sup>, o quinquênio somente valerá para as verbas solicitadas anteriores à data do ajuizamento da ação, e não somente da extinção do contrato, claro que dentro do biênio.

---

<sup>62</sup> O texto legal é o seguinte: Art. 7º, XXIX – ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;

<sup>63</sup> O texto legal é o seguinte: “art. 11 Art. 11 - O direito de ação quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve: I - em cinco anos para o trabalhador urbano, até o limite de dois anos após a extinção do contrato;II - em dois anos, após a extinção do contrato de trabalho, para o trabalhador rural.

<sup>64</sup> O texto sumulado é o seguinte: “SÚMULA Nº 308 DO TST PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL (INCORPORADA A ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL Nº 204 DA SBDI-1) - RES. 129/2005, DJ 20, 22 E 25.04.2005 I. respeitado o biênio subsequente à cessação contratual, a prescrição da ação trabalhista concerne às pretensões imediatamente anteriores a cinco anos, contados da data do ajuizamento da reclamação e, não, às anteriores ao quinquênio da data da extinção do contrato. (ex-oj nº 204 da sbdi-1 - inserida em 08.11.2000)

Observa Alice Monteiro que as ações ajuizadas passados um ano do biênio o empregado terá direito somente postular as verbas dos últimos quatro anteriores ao ajuizamento da ação, e, caso venha ajuizar fora do biênio a nada terá direito.<sup>65</sup>

O que se pode concluir com a Súmula do e. Tribunal que estes prazos não se somam, mas se excluem.

Há, portanto dois prazos, conforme Francisco Rossal, um deles é a observância do prazo de dois anos para ações em que ocorreu a extinção do contrato, e cinco anos caso o empregado venha ajuizar ação no curso do contrato de trabalho.<sup>66</sup>

---

<sup>65</sup> “À luz da Súmula n. 308, I, do TST, a prescrição quinquenal abrange os cinco anos anteriores ao ajuizamento da reclamatória e não os cinco anos anteriores à data da extinção do contrato. Logo, quanto mais tempo o empregado demorar para ingressar em Juízo, menor será o lapso de tempo alusivo aos direitos que lhe serão garantidos. Se o empregado é dispensado e o ingresso em Juízo ocorre de imediato, a prescrição abrangerá as parcelas vencidas há mais de cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação. Outra será a situação se o empregado ajuizar a reclamação um ano após a cessação do contrato. Nesse caso, ser-lhe-ão assegurados os direitos dos últimos quatro anos trabalhados. Se ajuizar a ação **dentro** de dois anos após a ruptura do contrato, ser-lhe-ão assegurados os direitos alusivos aos três últimos anos trabalhados. Na hipótese de o empregado ajuizar ação após dois anos da ruptura do contrato, nenhum direito lhe será assegurado, pois a prestação está fulminada pela prescrição total.” (MONTEIRO, 2013, pg. 267)

<sup>66</sup> “Há, portanto, dois prazos prescricionais que incidem sobre as pretensões trabalhistas individuais e ambos os prazos devem ser observados, sucessivamente. É importante deixar claro que tais prazos iniciam suas contagens de momentos diferentes: a) dois anos, contados da data de extinção (término) do contrato de trabalho, conforme expresso na própria redação da norma constitucional. Sublinhe-se que a prescrição bienal só incide sobre contratos de trabalho extintos. Nas ações ajuizadas com a permanência do empregado trabalhando (contratos que continuam em vigor) não incide prescrição bienal, apenas a quinquenal. Após as alterações impostas pela Constituição Federal de 1988 em matéria de prescrição trabalhista, ganhou nova força a controvérsia sobre a natureza desse prazo, ou seja, se ele seria prescricional ou decadencial. Independentemente da controvérsia doutrinária, na prática a jurisprudência trabalhista maciça, inclusive o Tribunal Superior do Trabalho, tem denominado esse prazo de prescricional. Observe-se, ainda, que a prescrição bienal começa a fluir no final da data do término do aviso-prévio, conforme orientação firmada pelo Tribunal Superior do Trabalho. B) cinco anos, contados da data de ajuizamento da ação trabalhista, conforme disposto na Súmula n. 308, I, do TST. O marco de início da contagem da prescrição quinquenal é, portanto, o ajuizamento da ação. Aqui verifica-se a punição diária pela inércia do reclamante.” (ARAÚJO, 2014 pg.195)

## 2.2 PRESCRIÇÃO NOS CONTRATOS RURAIS

O inciso II do artigo 11 da CLT, dispõe sobre os contratos de trabalhadores rurais prescreve em dois anos a ação para reaver os créditos trabalhistas após a extinção do contrato de trabalho.<sup>67</sup>

Diante do dispositivo previsto pela Consolidação das Leis Trabalhistas, ações que envolvia trabalhadores rurais havia somente o prazo de dois anos após a extinção do contrato de trabalho para ajuizar a ação, não havia um lapso de tempo limite para exercer esse direito, podendo o empregado cobrar todas as parcelas na vigência do contrato.

Em 2000 foi promulgada a Emenda Constitucional nº. 28 que alterou, o inciso XXIX do artigo 7º da Constituição Federal, unificando os prazos para discutir os créditos resultantes da relação trabalhista, de cinco anos para trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.<sup>68</sup>

Como anteriormente a Emenda Constitucional o trabalhador rural não era contemplado com o prazo quinquenal, apenas o urbano, todas as ações em que o contrato era extinto anterior a 26/05/2000, como entendimento de alguns doutrinadores, era favorecido com apenas o prazo bienal para reclamar todas as verbas na vigência do contrato. Ações ajuizadas com a extinção do contrato após 26/05/2000 dever ser considerado o prazo quinquenal.<sup>69</sup>

---

<sup>67</sup> O texto legal é o seguinte:, art. 11. O direito de ação quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve: II – em 2 (dois) anos, após a extinção do contrato de trabalho, para o trabalhador rural.

<sup>68</sup> O texto é o seguinte: art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXIX – ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

<sup>69</sup> “A emenda constitucional nº 28 não pode ser observada em relação a contratos que cessaram antes de 26-05-2000, quando foi publicada no *Diário Oficial da União*. Nesse caso, deve ser aplicada a lei vigente na data da cessação do pacto laboral, que não previa a limitação de prazo prescricional em cinco anos. Entender em sentido contrário seria dar efeito retroativo à norma constitucional. O prazo de cinco anos só poderia ser aplicado a contar da vigência da Emenda Constitucional nº 28 em 26-5-2000, isto é, sendo observado em 26-5-2000.” (MARTINS, 2009 pg.677)

Para Delgado a discussão aventada, após a Emenda Constitucional nº 28/00 deveria retroagir ou deve ser imediata?<sup>70</sup> Nesta discussão predomina a corrente que defende o efeito retroativo da nova regra, prescrevendo todas as parcelas anteriores a cinco anos do ajuizamento da ação, as parcelas anteriores a vigência da nova norma deixaria de ser alcançadas.<sup>71</sup>

## 2.3 PRESCRIÇÃO NOS CONTRATOS DOMÉSTICOS

A origem surgiu da palavra latina *domus* – casa, trabalho doméstico realizado em uma residência, a Lei nº 5.859 no artigo 1º trazia o conceito sobre o trabalho doméstico, revogada pela Lei Complementar 150 de 1º de junho de 2015<sup>72</sup>, prevê que o empregado doméstico é aquele que presta serviço continuamente e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família em sua residência.<sup>73</sup>

Conforme autora o conceito de empregado doméstico não compreende tão somente a cozinheira, a copeira, a babá, a lavadeira, o mordomo, a governanta, também aqueles que prestam serviço, incluindo o jardineiro, o vigia, o motorista.<sup>74</sup>

Deve-se, contudo, observar situações onde o empregado doméstico prestar serviços em sítios ou chácaras com atividade mercantil, como por exemplos locais onde ocorrem eventos, festas, pois poderá estar caracterizado serviços que se enquadram na CLT e não mais como empregado doméstico.<sup>75</sup>

O prazo prescricional para ações que envolvem direitos dos domésticos tem se levantado diante da doutrina e da jurisprudência, sobre a aplicação diante da omissão do legislador.

---

<sup>70</sup> DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do trabalho**. – 7. Ed. – São Paulo: LTr, 2008. Pg. 264

<sup>71</sup> DELGADO, op. Cit., pg. 266

<sup>72</sup> O texto legal é o seguinte: art. 1º Art. 1º Ao empregado doméstico, assim considerado aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 (dois) dias por semana, aplica-se o disposto nesta Lei.

<sup>73</sup> BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do trabalho**. – 9 ed. – São Paulo: LTr, 2013. Pg. 267/268

<sup>74</sup> Ibidem, pg. 268

<sup>75</sup> Ibidem, pg. 268/269

No artigo 7º, alínea a, determinou que os preceitos da presente consolidação não se aplicam quanto aos direitos do empregado doméstico, bem como a constituição também foi omissa ao não trazer em específico a matéria quanto a prescrição para esta classe, mesmo com a Emenda Constitucional nº. 72/13.

Inúmeros questionamentos surgiram na doutrina sobre como então deverá ser aplicado o instituto da prescrição quando postulado pelo empregado doméstico diante da justiça as verbas trabalhistas.

O prazo para doméstico será de dois anos, após o ajuizamento da ação, com base no Decreto –lei nº 1.237/39, onde diz que não havendo previsão legal contrário prescreve em 2 anos qualquer ação ajuizada na Justiça do Trabalho. Ainda outra diz que aplica-se subsidiariamente o artigo 206, §2º do Código Civil<sup>76</sup>, em que o prazo será de 2 anos a contar de cada parcela vencida devida pelo empregador; e que nada impede a aplicação do inciso XXIX, do art. 7º da CF/88, mesmo que omissa o parágrafo único quanto a matéria, já que o inciso regulamenta direitos trabalhistas.<sup>77</sup>

Diante disto, a prescrição no que tange a matéria trabalhista o dispositivo constitucional deixou a previsão sobre a matéria, considerada omissa e insatisfeita para determinados créditos trabalhistas e trabalhadores domésticos em específico, para tanto criaram decretos-leis com a estipulação, muitos deles conflituosos com a Constituição Federal, o que adentra a discussão para a doutrina.

## 2.4 PRESCRIÇÃO SOBRE O RECOLHIMENTO DO FGTS

A prescrição sobre a pretensão do não recolhimento dos depósitos do FGTS, segundo a Lei nº 8.036/90, no artigo 23, §5º<sup>78</sup> que para a apuração dos

---

<sup>76</sup> O texto legal é o seguinte: “art. 206: Prescreve: § 2º Em dois anos, a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.

<sup>77</sup> ARAÚJO, Francisco Rossal de; COIMBRA, Rodrigo. Direito do Trabalho I. São Paulo: LTr, 2014. pg.197/198

<sup>78</sup> O texto legal é o seguinte: “Art. 23. Competirá ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social a verificação, em nome da Caixa Econômica Federal, do cumprimento do disposto nesta lei, especialmente quanto à apuração dos débitos e das infrações praticadas pelos empregadores ou tomadores de serviço, notificando-os para efetuarem e comprovarem os depósitos correspondentes e cumprirem as demais determinações legais, podendo, para tanto, contar com o concurso de outros órgãos do Governo Federal, na forma que vier a ser regulamentada. § 5º O processo de fiscalização,

débitos e infrações praticadas pelo empregador, será respeitado o prazo de trinta anos.<sup>79</sup>

A redação original da Súmula 362<sup>80</sup> do Tribunal Superior do Trabalho, era trintenária a prescrição do direito de reclamar contra o não recolhimento da contribuição para o FGTS, observado o prazo de dois anos após término do contrato de trabalho.<sup>81</sup> Entretanto, a redação foi adaptada ao novo posicionamento da decisão do STF, em que o prazo adotado será o quinquenário.

O Ministro Gilmar Mendes ao julgar Agravo em Recurso Extraordinário, defendeu que não cabe mais o prazo de trinta anos para reaver as parcelas de FTGS na relação de emprego, mas sim a prescrição quinquenária.<sup>82</sup>

---

de autuação e de imposição de multas reger-se-á pelo disposto no Título VII da CLT, respeitado o privilégio do FGTS à prescrição trintenária.

<sup>79</sup> Conforme disposição legal, “Art. 23. Competirá ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social a verificação, em nome da Caixa Econômica Federal, do cumprimento do disposto nesta lei, especialmente quanto à apuração dos débitos e das infrações praticadas pelos empregadores ou tomadores de serviço, notificando-os para efetuarem e comprovarem os depósitos correspondentes e cumprirem as demais determinações legais, podendo, para tanto, contar com o concurso de outros órgãos do Governo Federal, na forma que vier a ser regulamentada. § 5º O processo de fiscalização, de autuação e de imposição de multas reger-se-á pelo disposto no Título VII da CLT, respeitado o privilégio do FGTS à prescrição trintenária.”

<sup>80</sup> O texto legal é o seguinte: “*SÚMULA Nº 362 DO TST FGTS. PRESCRIÇÃO (NOVA REDAÇÃO)* - RES. 198/2015, REPUBLICADA EM RAZÃO DE ERRO MATERIAL – DEJT DIVULGADO EM 12, 15 E 16.06.2015 I – para os casos em que a ciência da lesão ocorreu a partir de 13.11.2014, é quinquenal a prescrição do direito de reclamar contra o não-recolhimento de contribuição para o fgts, observado o prazo de dois anos após o término do contrato; II – para os casos em que o prazo prescricional já estava em curso em 13.11.2014, aplica-se o prazo prescricional que se consumir primeiro: trinta anos, contados do termo inicial, ou cinco anos, a partir de 13.11.2014 (STF-ARE-709212/DF).

<sup>81</sup> Súmula Nº 362 do TST, “É trintenária a prescrição do direito de reclamar contra o não recolhimento da contribuição para o FGTS, observado o prazo de 2(dois) anos após o término do contrato de trabalho.”

<sup>82</sup> BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 709.212 PROCED. : DISTRITO FEDERAL RELATOR : MIN. GILMAR MENDES RECTE.(S) : BANCO DO BRASIL S/A ADV.(A/S) : JAIRO WAISROS E OUTRO(A/S) RECD.(A/S) : ANA MARIA MOVILLA DE PIRES E MARCONDES ADV.(A/S) : JOSÉ EYMARD LOGUERCIO E OUTRO(A/S) Decisão: O Tribunal, decidindo o tema 608 da Repercussão Geral, por maioria, negou provimento ao recurso, vencido o Ministro Marco Aurélio que o provia parcialmente. Também por maioria declarou a inconstitucionalidade do art. 23, § 5º, da Lei nº 8.036/1990, e do art. 55 do Decreto nº 99.684/1990, na parte em que ressalvam o “privilégio do FGTS à prescrição trintenária”, haja vista violarem o disposto no art. 7º, XXIX, da Carta de 1988, vencidos os Ministros Teori Zavascki e Rosa Weber, que mantinham a jurisprudência da Corte. Quanto à modulação, o Tribunal, por maioria, atribuiu à decisão efeitos ex nunc, vencido o Ministro Marco Aurélio, que não modulava os efeitos. Tudo nos termos do voto do Relator. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 13.11.2014. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=7780004>; acesso em: 23/09/2015.

No recurso extraordinário, o recorrente defendeu a violação do artigo 7º, incisos XXIX, da Constituição Federal, que a orientação adotada pelo TST ao aplicar o prazo prescricional de trinta anos, as cobranças de valores decorrentes da ausência de depósito em conta vinculada do FGTS, previsto nos artigos 23, § 5º, da Lei nº 8.036/90 e 55 do Decreto nº 99.684/90 foram declaradas inconstitucionais no julgamento do RE nº 522.897, em que foi relator o Ministro Gilmar Mendes. Requerendo a não aplicação da prescrição trintenária para a cobrança de diferenças do FGTS mas a aplicação do prazo quinquenal previsto no art. 7º, XXIX, do texto Constitucional.<sup>83</sup>

Ao julgar a matéria declararam a inconstitucionalidade do artigo 23, §5º da Lei nº 8.036/1990<sup>84</sup>, e o artigo 55 do Decreto nº 99.684/1990<sup>85</sup>, que violava o inciso XXIX do artigo 7º da Constituição, pela maioria atribuíram a decisão efeito *ex nunc*, mesmo com entendimento do TST em aplicar o prazo trintenário para o recolhimento de depósitos na conta do FTGS, observando apenas o prazo de dois anos para ajuizar a ação, não incluindo o prazo de cinco anos, entende o Ministro Gilmar Mendes estar em desacordo com os princípios constitucionais, deixando o TST de observar o que a Constituição determinou com relação aos prazos trabalhistas, voto

---

<sup>83</sup> " No recurso extraordinário, o recorrente alega que houve violação aos artigos 5º, caput e incisos II, XXVII e LIV; e 7º, incisos III e XXIX, da Constituição Federal. Alega-se que o disposto no art. 7º, XXIV, da Carta Magna encerra norma de eficácia plena a ser aplicada, imediatamente, às relações laborais, inclusive no que se refere ao FGTS. Afirma-se que a orientação adotada pelo TST e pelas instâncias ordinárias, no sentido de se aplicar o prazo prescricional de 30 (trinta) anos à cobrança de valores decorrentes da ausência de depósito em conta vinculada do FGTS, baseia-se em disposições (artigos 23, § 5º, da Lei 8.036/1990 e 55 do Decreto 99.684/1990) declaradas inconstitucionais no julgamento do RE 522.897, de minha relatoria. Defende-se, assim, a não aplicação da prescrição trintenária para a cobrança de diferenças do FGTS, ao fundamento de que o referido fundo integra o rol dos direitos dos trabalhadores e, portanto, deriva do vínculo de emprego, razão pela qual aplicar-se-ia a ele o prazo quinquenal previsto no art. 7º, XXIX, do texto Constitucional." (Ministro Gilmar Mendes, Agravo em REXTRA)

<sup>84</sup> O texto legal é o seguinte: Art. 23. Competirá ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social a verificação, em nome da Caixa Econômica Federal, do cumprimento do disposto nesta lei, especialmente quanto à apuração dos débitos e das infrações praticadas pelos empregadores ou tomadores de serviço, notificando-os para efetuarem e comprovarem os depósitos correspondentes e cumprirem as demais determinações legais, podendo, para tanto, contar com o concurso de outros órgãos do Governo Federal, na forma que vier a ser regulamentada. § 5º O processo de fiscalização, de autuação e de imposição de multas reger-se-á pelo disposto no Título VII da CLT, respeitado o privilégio do FGTS à prescrição trintenária.

<sup>85</sup> O texto legal é o seguinte: Art. 55. O processo de fiscalização, de autuação e de imposição de multas reger-se-á pelo disposto no Título VII da CLT, respeitado o privilégio do FGTS à prescrição trintenária.

foi no sentido de aplicar a prescrição de cinco anos para reaver os depósitos não efetuados nas contas do FGTS.<sup>86</sup>

Com o novo entendimento jurisprudencial passa a ser quinquenário o prazo prescricional para reaver as parcelas acessórias, seguindo a principal, como exemplo, depósitos de FGTS referente as horas extras.<sup>87</sup>

2.5 A Súmula nº 206 do TST diz que: “A *prescrição da pretensão relativa às parcelas remuneratórias alcança o respectivo recolhimento da contribuição para o FGTS*”, conforme julgado no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, onde a reclamante postulou a incidência dos valores recebidos pela reclamada a título de alimentação no FGTS, mais a multa de 40%, a pretensão da parte autora foi julgada procedente, aplicando a prescrição trintenária.<sup>88</sup>

<sup>86</sup> “Em outras palavras, a Corte Trabalhista entendeu ser aplicável apenas a parte do dispositivo constitucional que prevê o prazo de dois anos após a extinção do contrato de trabalho, olvidando-se do disposto na primeira parte do dispositivo (o direito de reclamar o depósito do FGTS somente alcançaria os últimos cinco anos). Tal entendimento revela-se, a meu ver, além de contraditório, em dissonância com os postulados hermenêuticos da máxima eficácia das normas constitucionais e da força normativa da Constituição. O princípio da proteção do trabalhador, não obstante a posição central que ocupa no Direito do Trabalho, não é apto a autorizar, por si só, a interpretação – defendida por alguns doutrinadores e tribunais, inclusive pelo Tribunal Superior do Trabalho – segundo a qual o art. 7º, XXIX, da Constituição estabeleceria apenas o prazo prescricional mínimo a ser observado pela legislação ordinária, inexistindo óbice à sua ampliação, com vistas à proteção do trabalhador. (...) Ademais, o princípio da proteção do trabalhador não pode ser interpretado e aplicado de forma isolada, sem a devida atenção aos demais princípios que informam a ordem constitucional. De fato, a previsão de prazo tão dilatado para o ajuizamento de reclamação contra o não recolhimento do FGTS, além de se revelar em descompasso com a literalidade do Texto Constitucional, atenta contra a necessidade de certeza e estabilidade nas relações jurídicas, princípio basilar de nossa Constituição e razão de ser do próprio Direito. (...) Por essa razão, nos autos do RE 522.897, defendi a tese de inconstitucionalidade dos artigos 23, § 5º, da Lei 8.036/1990 e 55 do Regulamento do FGTS aprovado pelo Decreto 99.684/1990, na parte em que ressalvam o “privilegio do FGTS à prescrição trintenária”, haja vista violarem o disposto no art. 7º, XXIX, da Carta de 1988. Pelas mesmas razões esposadas no referido recurso extraordinário, é que considerei existente a repercussão geral do presente apelo, que necessita de decisão definitiva desta Corte para sedimentar sua orientação quanto ao tema à luz da sistemática da repercussão geral. Conforme já dito, e por todas as razões já levantadas, entendo que esta Corte deve, agora, revisar o seu posicionamento anterior para consignar, à luz da diretriz constitucional encartada no inciso XXIX do art. 7º da CF, que o prazo prescricional aplicável à cobrança de valores não depositados no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) é quinquenal. (Trechos do voto Ministro Gilmar Mendes)

<sup>87</sup> MONTEIRO, op. Cit., pg.829.

<sup>88</sup> RIO GRANDE DO SUL, Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. E M E N T A AGRAVO DE PETIÇÃO 0000360-03.2013.5.04.0014. INTEGRAÇÃO DA VERBA ALIMENTAÇÃO (LANCHES E JANTARES) EM FGTS. PRESCRIÇÃO TRINTENÁRIA. COISA JULGADA. O título executivo fixou, quanto à integração da verba alimentação (lanches e jantares) em FGTS, que a prescrição é trintenária, constituindo em afronta à coisa julgada decisão em sentido diverso. Agravo de petição interposto pela reclamante a que se dá provimento. Relator: DESEMBARGADOR JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA

[http://gsa5.trt4.jus.br/search?q=cache:FPD0DHEGNhsJ:iframe.trt4.jus.br/gsa/gsa.jurisp\\_sdcpsp.baixar%3Fc%3D54294005+Relator:+DESEMBARGADOR+JO%C3%83O+ALFREDO+BORGES+ANTUNES+DE+MIRANDA+sumula+206+lanche+e+jantares+inmeta:DATA\\_DOCUMENTO:2014-09-](http://gsa5.trt4.jus.br/search?q=cache:FPD0DHEGNhsJ:iframe.trt4.jus.br/gsa/gsa.jurisp_sdcpsp.baixar%3Fc%3D54294005+Relator:+DESEMBARGADOR+JO%C3%83O+ALFREDO+BORGES+ANTUNES+DE+MIRANDA+sumula+206+lanche+e+jantares+inmeta:DATA_DOCUMENTO:2014-09-)



## 2.6 PRESCRIÇÃO TOTAL E PARCIAL

A prescrição para ser parcial é preciso as verbas estar vencidas há mais de cinco anos após ajuizada a ação, essas verbas postuladas para correr a prescrição parcial devem ser de obrigações geradas por lei e não da livre negociação das partes, pois se renovam mês a mês.<sup>89</sup>

Como essas negociações são originárias por lei, de acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho, geram nulidade do ato, a prescrição irá incidir sobre a data de vencimento de cada parcela, e não a partir da lesão.<sup>90</sup>

A prescrição total ocorre em questões que versem sobre manifestações instantâneas do empregador em modificar o contrato laboral, de acordo com a Súmula nº 175 SDI-1 do TST, “A supressão das comissões, ou a alteração quanto à forma ou ao percentual, em prejuízo do empregado, é suscetível de operar a prescrição total da ação.”<sup>91</sup>

Contratos pactuados entre empregado e empregador incide a prescrição total e gera anulabilidade do ato sobre as pretensões, contados da data da lesão.<sup>92</sup>

Incide a prescrição total:

- a) Supressão ou alteração de comissões quanto à sua forma ou percentual, conforme Súmula nº 294 do TST<sup>93</sup>, são parcelas não provenientes de leis, mas sim de acordo individual ou coletivo entre empregado e empregador, incidindo a prescrição total da data em que houve a lesão, ou o não pagamento do que foi pactuado.

---

28..2015-09-28++&client=jurisp&site=jurisp\_sp&output=xml\_no\_dtd&proxystylesheet=jurisp&ie=UTF-8&lr=lang\_pt&proxyreload=1&access=p&oe=UTF-8

<sup>89</sup> MONTEIRO, op. Cit., pg. 825.

<sup>90</sup> ARAÚJO, op. Cit., pg. 204

<sup>91</sup> MONTEIRO, op. Cit., pg. 825.

<sup>92</sup> ARAÚJO, op. Cit., pg. 204

<sup>93</sup> O texto legal é o seguinte: “PRESCRIÇÃO. ALTERAÇÃO CONTRATUAL. TRABALHADOR URBANO (mantida) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003 Tratando-se de ação que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração do pactuado, a prescrição é total, exceto quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei.

- b) Supressão de realização ou de pagamento de hora extra, em consonância com a Súmula nº 291 do TST<sup>94</sup>, já que se trata de prestações também pactuadas entre empregado e empregador, gerando o dever de indenizar no momento da lesão;
- c) Desvio de função ou enquadramento, a Súmula nº 275, II, do TST<sup>95</sup> determina que a prescrição é total contado da data do enquadramento;
- d) Complementação de aposentadoria, a Súmula nº 326 do TST<sup>96</sup> prevê ações que pretende postular a complementação de aposentadoria que não foi recebida prescrevendo em dois anos contados da cessação do contrato de trabalho.

A prescrição parcial incorre nas situações de:

- a) Equiparação salarial, como trata-se de determinação legal por força do artigo 461 da CLT<sup>97</sup>, a Súmula nº 6, IX do TST<sup>98</sup> determinou que a prescrição será parcial contados últimos 5 anos do ajuizamento da ação;
- b) Desvio de função, será parcial a prescrição quando a ação buscar corrigir a função a contar de 5 anos após o ajuizamento da ação, Súmula nº 275 do TST.

<sup>94</sup> O texto legal é o seguinte: “SÚMULA Nº 291 DO TST HORAS EXTRAS. HABITUALIDADE. SUPRESSÃO. INDENIZAÇÃO. (nova redação em decorrência do julgamento do processo tst-iujerr 10700-45.2007.5.22.0101) - res. 174/2011, de divulgado em 27, 30 e 31.05.2011 A supressão total ou parcial, pelo empregador, de serviço suplementar prestado com habitualidade, durante pelo menos 1 (um) ano, assegura ao empregado o direito à indenização correspondente ao valor de 1 (um) mês das horas suprimidas, total ou parcialmente, para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de prestação de serviço acima da jornada normal. o cálculo observará a média das horas suplementares nos últimos 12 (doze) meses anteriores à mudança, multiplicada pelo valor da hora extra do dia da supressão.

<sup>95</sup> O texto legal é o seguinte: “PRESCRIÇÃO. DESVIO DE FUNÇÃO E REENQUADRAMENTO (incorporada a Orientação Jurisprudencial nº 144 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005 II - Em se tratando de pedido de reenquadramento, a prescrição é total, contada da data do enquadramento do empregado. (ex-OJ nº 144 da SBDI-1 - inserida em 27.11.1998)

<sup>96</sup> O texto legal é o seguinte: “COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. PRESCRIÇÃO TOTAL (nova redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011 A pretensão à complementação de aposentadoria jamais recebida prescreve em 2 (dois) anos contados da cessação do contrato de trabalho.

<sup>97</sup> O texto legal é o seguinte: “Art. 461 - Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade.

<sup>98</sup> O texto legal é o seguinte: “EQUIPARAÇÃO SALARIAL. ART. 461 DA CLT (redação do item VI alterada) – Res. 198/2015, republicada em razão de erro material – DEJT divulgado em 12, 15 e 16.06.2015 IX - Na ação de equiparação salarial, a prescrição é parcial e só alcança as diferenças salariais vencidas no período de 5 (cinco) anos que precedeu o ajuizamento. (ex-Súmula nº 274 - alterada pela Res. 121/2003, DJ 21.11.2003)

- c) Gratificação semestral, a Súmula nº 373 do TST<sup>99</sup> prevê quando postulado as diferenças de gratificações semestralmente congeladas, será parcial a prescrição;
- d) Descumprimento de diferenças salariais em planos de cargos e carreiras, a Súmula nº 452 do TST<sup>100</sup> tratou de diferenças salariais decorrentes da inobservância dos critérios estabelecido em plano de carreira criado pela empresa, pois a lesão é sucessiva e se renova mês a mês.
- e) Diferenças em complementação de aposentadoria, “a pretensão a diferenças de complementação de aposentadoria sujeita-se à prescrição parcial e quinquenal”, Súmula nº 327 do TST<sup>101</sup>, ressalvados as verbas pretensas não recebidas durante a relação de emprego e já alcançada pela prescrição.

A prescrição parcial e total vinha sendo atacada por ação rescisória sob o fundamento de ofender a matéria prevista pela constituição no inciso XXIX, e o artigo 11 da CLT, em que o instituto deixava de observar o prazo quinquenal e bienal.

O Tribunal Superior de Justiça para atacar tais ações sumulou a matéria (nº 409)<sup>102</sup>, sendo improcedente a ação que visa atacar a espécie de prazo, se total ou parcial, porque tem índole infraconstitucional.<sup>103</sup>

Assim, a ação do empregado que visa a correção do desvio de função, poderá solicitar as verbas que incidiram quando lesionado no período que

<sup>99</sup> O texto legal é o seguinte: “GRATIFICAÇÃO SEMESTRAL. CONGELAMENTO. PRESCRIÇÃO PARCIAL (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 46 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005 Tratando-se de pedido de diferença de gratificação semestral que teve seu valor congelado, a prescrição aplicável é a parcial. (ex-OJ nº 46 da SBDI-1 - inserida em 29.03.1996)

<sup>100</sup> O texto legal é o seguinte: “DIFERENÇAS SALARIAIS. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. DESCUMPRIMENTO. CRITÉRIOS DE PROMOÇÃO NÃO OBSERVADOS. PRESCRIÇÃO PARCIAL. (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 404 da SBDI-1) – Res. 194/2014, DEJT divulgado em 21, 22 e 23.05.2014 Tratando-se de pedido de pagamento de diferenças salariais decorrentes da inobservância dos critérios de promoção estabelecidos em Plano de Cargos e Salários criado pela empresa, a prescrição aplicável é a parcial, pois a lesão é sucessiva e se renova mês a mês.

<sup>101</sup> O texto legal é o seguinte: “COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. DIFERENÇAS. PRESCRIÇÃO PARCIAL (nova redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011 A pretensão a diferenças de complementação de aposentadoria sujeita-se à prescrição parcial e quinquenal, salvo se o pretendo direito decorrer de verbas não recebidas no curso da relação de emprego e já alcançadas pela prescrição, à época da propositura da ação.

<sup>102</sup> O texto legal é o seguinte: Em execução fiscal, a prescrição ocorrida antes da propositura da ação pode ser decretada de ofício (art. 219, § 5º, do CPC).

<sup>103</sup> ARAÚJO, op. Cit., pg. 208.

compreende cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação, sem ofender o dispositivo constitucional e do artigo 11 da CLT, e que era objeto da antiga redação da Súmula nº 198 do TST<sup>104</sup>, então cancelada.<sup>105</sup>

## 2.7 REGRA DE TRANSIÇÃO ART. 2028 CC

O artigo 2028 do Código Civil de 2002, a preocupação do artigo era preencher lacunas que a própria reforma do novo código para o antigo código poderia deixar, dispondo que: “Serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos por este código, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada.”

Este cuidado beneficiou que a nova lei não viesse a ocasionar prejuízo do seu direito para aqueles que estariam amparados pela vigência da antiga lei ultrapassando mais da sua metade do prazo.

Para a aplicação dos institutos da prescrição e da decadência também se aplica, explica Maria Helena Diniz, que mesmo que iniciado a prescrição ou a decadência, mas não consumado, ela estará sujeita a nova lei, já que não há direito adquirido, muito menos o fato que originou o direito.<sup>106</sup>

Quando decorrido mais da metade do prazo determinado pela lei antiga, aplica-se o prazo determinado na vigência daquela lei, caso contrário o prazo da lei atual será aplicado, como o exemplo dado pelo Ministro Cezar Peluso, em um acidente de carro, o prazo para a pretensão da reparação do dano, no antigo código civil era de vinte anos, diminuído para três anos pelo atual código; observando os prazos se o acidente ocorreu em 1990, se ajuizar a ação em 2003 aplica-se o prazo

---

<sup>104</sup> O texto legal é o seguinte: Súmula nº 198 “Na lesão de direito individual que atinja prestações periódicas devidas ao empregado, à exceção da que decorre de ato único do empregador, a prescrição é sempre parcial e se conta do vencimento de cada uma dessas prestações, e não da lesão do direito.

<sup>105</sup> ARAÚJO, op. Cit., pg. 208.

<sup>106</sup> DINIZ, op. Cit., pg. 1368.

de vinte anos, pois já decorreu mais da metade do prazo, caso o acidente ocorra em 1996 o prazo será do atual Código Civil.<sup>107</sup>

Para Maria Helena Diniz a norma jurídica, estabeleceu uma “postura prático-normativo” através da “continuidade entre momento passado e o presente”, possibilitando a contagem do tempo e configuração para prescrição e a decadência.<sup>108</sup>

### 3 ACIDENTE DO TRABALHO

O artigo 2º da CLT<sup>109</sup>, prevê que o empregador assume os riscos da atividade econômica ou não que exercer, riscos que podem estar presentes até a saúde, segurança do empregado.

No mesmo sentido o artigo 158 da CLT<sup>110</sup>, determina aos empregados observar as normas de segurança e colaborar com empresa para o cumprimento da segurança e medicina do trabalho.

A medicina do trabalho não se trata de um órgão ligado à medicina, mas sim uma engenharia do trabalho, que estuda formas para proteger o empregado nas suas relações enquanto trabalha, além de fazer com que o empregador adquira hábitos garantidores para condições mínimas de segurança e higiene.<sup>111</sup>

Medidas de prevenção ao acidente de trabalho deve ser motivo de grande relevância para as empresas, pois evitam atos lesivos ao ser humano e prejuízos econômicos para a empresa e para o país. Gera também ao empregado o dever de

<sup>107</sup> PELUSO, op. Cit., pg. 2311

<sup>108</sup> DINIZ, Maria Helena. **Comentários ao Código Civil: Parte Especial: disposições finais e transitórias, v. 22 (arts. 2.028 a 2.046)** Maria Helena Diniz; coord. Antonio Junqueira de Azevedo. – São Paulo: Saraiva, 2003.

<sup>109</sup> O texto legal é o seguinte: “Art. 2º - Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.

<sup>110</sup> O texto legal é o seguinte: “art. 158. Cabe aos empregados: I – observar as normas de segurança e medicina do trabalho, inclusive as instruções de que trata o item II do artigo anterior; II – Colaborar com a empresa na aplicação dos dispositivos deste Capítulo. Parágrafo único. Constitui ato faltoso do empregado a recusa injustificada: a) à observância das instruções expedidas pelo empregador na forma do item II do artigo anterior; b) ao uso dos equipamentos de proteção individual fornecidos pela empresa.”

<sup>111</sup> CARRIOM, Valentim. **Comentários à CLT. Legislação Complementar/ Jurisprudência.** Atualizado por Eduardo Carriom. Ed. 39. Revista e Atualizada Saraiva. São Paulo. 2014. Pg. 214

cumprir, como por exemplo, o uso de equipamentos de segurança, caso contrário pode ser dispensado por justa causa. Quando o empregador não fiscaliza também poderá ser penalizado através dos órgãos fiscalizadores.<sup>112</sup>

O artigo 159 CLT deu ao Ministério do Trabalho a autorização para delegar a outros órgãos federais, estaduais e municipais a fiscalização e orientação para as empresas observarem as medidas de segurança no trabalho, dentre estes órgãos está a Secretaria da Medicina do Trabalho, e delegacias Regionais do Trabalho.<sup>113</sup>

O empregador tem a responsabilidade sobre seus funcionários durante a jornada de trabalho, grande parte da doutrina entende que os riscos que o empregado está exposto, e que venha acometer, sendo dano físico ou mental, denomina-se acidente do trabalho.<sup>114</sup>

Em casos de omissão do empregador em observar as condições de segurança e higiene do empregado, consequências jurídicas podem ocorrer, dentre elas: a) o direito de rescindir o contrato de trabalho pelo empregado; b) indenizações em âmbito civil; b) penas correspondentes no direito penal; c) multas administrativas.<sup>115</sup>

É obrigação do empregador reparar o dano mesmo que a responsabilidade seja sem culpa, e a incapacidade do empregado possa ser parcial ou total, temporária ou definitiva, mas que implique a impossibilidade de trabalho, e até mesmo a morte neste caso a família do obreiro que será indenizada.<sup>116</sup>

O acidente do trabalho pode ocorrer no local do trabalho, no horário ou ainda fora dele. Podem ocorrer em razão de ato de sabotagem decorrente de disputas no trabalho; ofensa física intencional; ato de imprudência, imprudência ou imperícia; desabamento, inundação ou incêndio; casos fortuitos ou de força maior.<sup>117</sup>

Quando a serviço da empresa, quando executando ordens do empregador; prestando serviços de forma espontânea; em viagens de serviço, mesmo que

---

<sup>112</sup> Ibidem, pg. 215

<sup>113</sup> O texto legal é o seguinte: art. 159 “Mediante convênio autorizado pelo Ministério do Trabalho, poderão ser delegadas a outros órgãos federais, estaduais ou municipais atribuições de fiscalização ou orientação às empresas quanto ao cumprimento das disposições constantes deste capítulo.”

<sup>114</sup> ALMEIDA, Isis de. **Curso de Legislação do Trabalho**. 3ed. Sugestões Literárias S/A. São Paulo, 1978. Pg. 295.

<sup>115</sup> CARRIOM, op. Cit., pg. 215

<sup>116</sup> ALMEIDA, op. Cit., pg. 295.

<sup>117</sup> Ibidem, pg.299

utilizando veículo próprio ou fornecido pela empresa; em no trajeto de ida ou volta do trabalho.<sup>118</sup>

Para conceituar acidente do trabalho, é necessário levar em consideração dois elementos: a) o nexo causal entre o evento e a lesão sofrida; b) caráter do acidente;<sup>119</sup>

A lesão corporal, perturbação, a perda ou redução da capacidade para trabalho mesmo que permanente ou temporária, ou até mesmo a doença que cause a morte, provocada pelo acidente, é necessário a vinculação, deve contribuir diretamente, onde as concausas serão preexistentes, supervenientes ou concomitantes.<sup>120</sup>

A Lei nº 8.213/91 em seu artigo 19<sup>121</sup> definiu acidente do trabalho, que através de uma relação de trabalho seja empresa, ou empregador doméstico, que no decorrer desta relação ocorra lesão corporal ou perturbação funcional, resultando em morte, perda, redução permanente ou temporária da capacidade para o trabalho.

Criada para dar providências sobre planos de benefícios da assistência social, a Lei em seus artigos caracterizou acidente do trabalho, dividindo em acidente típico, doenças ocupacionais, concausas, acidente de trajeto, outros equiparados.

A) Acidente Típico, ocorre bruscamente, o dano é imediato, o local e o momento pode identificável no momento do sinistro, por exemplo, dedo amputado por uma máquina que está sendo manuseada pelo empregado.<sup>122</sup> É aquele que tem exposição com agentes químicos,

---

<sup>118</sup> Ibidem, pg. 299

<sup>119</sup> Ibidem, pg. 299

<sup>120</sup> Ibidem, pg. 300

<sup>121</sup> O texto legal é o seguinte: “Art. 19. Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço de empresa ou de empregador doméstico ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. § 1º A empresa é responsável pela adoção e uso das medidas coletivas e individuais de proteção e segurança da saúde do trabalhador. § 2º Constitui contravenção penal, punível com multa, deixar a empresa de cumprir as normas de segurança e higiene do trabalho. § 3º É dever da empresa prestar informações pormenorizadas sobre os riscos da operação a executar e do produto a manipular. § 4º O Ministério do Trabalho e da Previdência Social fiscalizará e os sindicatos e entidades representativas de classe acompanharão o fiel cumprimento do disposto nos parágrafos anteriores, conforme dispuser o Regulamento.

<sup>122</sup> OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional. 8. Ed. rev., ampl. e atual. – São Paulo: LTr, 2014. Pg.49.

físicos e biológicos. Em acidente do trabalho típico é necessário estar presente o nexo causal com trabalho que está sendo executado.<sup>123</sup>

- B) Doenças ocupacionais, o artigo 20 da referida Lei<sup>124</sup> considera que engloba acidente do trabalho a doença profissional e doença do trabalho. A primeira são aquelas determinadas pela profissão, onde certos tipos de patologias ocorrem em razão da profissão, Sebastião de Oliveira, cita como exemplo os mineradores que ficam expostos ao pó de sílica e vem a contrair silicose<sup>125</sup>. A segunda não está vinculada necessariamente a determinada profissão como os mineradores, são os grupos de profissionais atacados pela chamada LER – lesão por esforço repetitivo<sup>126</sup>, deve estar presente o nexo de causalidade.
- C) Concausas, o artigo 21<sup>127</sup> da Lei cuidou desta modalidade, acidente no trabalho que colaborou para agravar uma outra situação existente que não tinha ligação com trabalho, por exemplo, cirurgia efetuada anteriormente e no trabalho foi ferido no local com um prego, resultando numa infecção.<sup>128</sup> São inúmeros eventos que colaboram, várias ações ou omissões, que se somando podem resultar doença no obreiro.<sup>129</sup>
- D) Acidente de trajeto ou também acidente *in itinere*, regulamentado pelo artigo 21, IV, alínea da Lei nº 8.213/91<sup>130</sup>, conforme a lei em acidentes

<sup>123</sup> ARAÚJO, Francisco Rossal de; RUBIN, Fernando. Acidentes do Trabalho. São Paulo: LTr, 2013. pg. 29

<sup>124</sup> O texto legal é o seguinte: “Art. 20. Consideram-se acidente do trabalho, nos termos do artigo anterior, as seguintes entidades mórbidas: I - doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social; II - doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação mencionada no inciso I. § 1º Não são consideradas como doença do trabalho: a) a doença degenerativa; b) a inerente a grupo etário; c) a que não produza incapacidade laborativa;

<sup>125</sup> Idem, Sebastião Geraldo de. Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional/ Sebastião Geraldo de Oliveira. – 3.ed. rev., ampl. e atual. – São Paulo: LTr, 2007. pg. 51

<sup>126</sup> Idem, Sebastião Geraldo de. Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional/ Sebastião Geraldo de Oliveira. – 3.ed. rev., ampl. e atual. – São Paulo: LTr, 2007. pg. 51

<sup>127</sup> O texto legal é o seguinte: ‘Art. 21. Equiparam-se também ao acidente do trabalho, para efeitos desta Lei: I - o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;

<sup>128</sup> Idem. Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional/ Sebastião Geraldo de Oliveira. – 3.ed. rev., ampl. e atual. – São Paulo: LTr, 2007. pg. 56

<sup>129</sup> ARAÚJO, Francisco Rossal de; RUBIN, Fernando. Acidentes do Trabalho. São Paulo: LTr, 2013. Pg. 32

<sup>130</sup> O texto legal é o seguinte: Equiparam-se também ao acidente do trabalho, para efeitos desta lei: IV - o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de trabalho: d) no percurso da



ocasionados da residência do empregador ou vice-versa, diversas discussões tem se levantado para discutir a razoabilidade deste dispositivo, e segundo entendimento para estabelecer a relação de casualidade leva-se em conta o tempo de deslocamento e o trajeto habitual, caso o empregado um dia mudar esse trajeto, a previdência social, por exemplo, não considera acidente de trajeto.<sup>131</sup>

E) Outras hipóteses equiparadas, o artigo 21 da Lei nº 8.213/1991<sup>132</sup> elenca as situações e que nem sempre podem estar diretamente ligada ao exercício da atividade profissional, dentre elas estão: atos de agressão de terceiros; ofensa física; ato de imprudência, negligência ou imperícia do companheiro de trabalho; casos fortuitos e, ou de força maior;

Além da caracterização de acidente de trabalho, existem normas que tratam a garantia do obreiro no trabalho, como por exemplo, o direito de estabilidade de doze meses após a cessação do auxílio previdenciário.

Para que possa documentar o acidente do trabalho existe o CAT – Comunicação do Acidente do Trabalho, onde consta as circunstâncias do acidente, o local, o emitente do documento, as causas do acidente ou da doença do trabalho, e principalmente se é o primeiro CAT ou a reabertura.<sup>133</sup>

---

residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.

<sup>131</sup> Idem, Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional/ Sebastião Geraldo de Oliveira. – 3.ed. rev., ampl. e atual. – São Paulo: LTr, 2007. pg. 60

<sup>132</sup> O texto legal é o seguinte: II - o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de: a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de trabalho; b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao trabalho; c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de trabalho; d) ato de pessoa privada do uso da razão; e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior; III - a doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade; IV - o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de trabalho: a) na execução de ordem ou na realização de serviço sob a autoridade da empresa; b) na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito; c) em viagem a serviço da empresa, inclusive para estudo quando financiada por esta dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado; § 1º Nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o empregado é considerado no exercício do trabalho. § 2º Não é considerada agravação ou complicação de acidente do trabalho a lesão que, resultante de acidente de outra origem, se associe ou se superponha às consequências do anterior.

<sup>133</sup> ARAÚJO, Francisco Rossal de; RUBIN, Fernando. Acidentes do Trabalho. São Paulo: LTr, 2013. pg.40.

### 3.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Com o processo de industrialização no século XIX, o modo precário como os trabalhadores eram expostos, o número de acidentes do trabalho também era proporcional, funcionários mutilados, doentes, jornadas de trabalho absurdas, locais sem condições mínimas para o cuidado da saúde.<sup>134</sup>

A Alemanha diante do quadro alarmante, em 1884 instituiu leis específicas sobre acidentes do trabalho, adotado por toda a Europa posteriormente.<sup>135</sup>

Na década de 70 o Brasil assumiu o lugar de campeão em acidentes do trabalho, momento que legislações mais severas tiveram que tomar posicionamento para fazer diminuir essas incidências.<sup>136</sup>

A Organização Internacional do Trabalho – OIT divulgou dados que em 1985 a cada três minutos um trabalhador morria no mundo ocasionado por acidente do trabalho ou doença profissional, e cada segundo era acometido de alguma lesão no trabalho.<sup>137</sup>

Em 2003 com novos levantamentos, a OIT divulgou que havia subido o número para 270 milhões.<sup>138</sup> O retrato provocador que o local de trabalho pode um local de risco para o trabalhador, e não um lugar de sustento.

O primeiro conceito sobre acidente do trabalho na legislação foi em 15-01-1919, através do Decreto Legislativo nº 3.724, considerava-se acidente aqueles que: “produzido por causa súbita, violenta e externa e involuntária no exercício do trabalho, determinando lesões corporais ou perturbações funcionais, que constituam a causa única da morte ou perda total ou parcial, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.”<sup>139</sup>

Atualmente a lei vigente para a matéria está prevista na Lei nº 8.213/91, onde prevê que o acidente do trabalho é decorrente do exercício de um trabalho a serviço de uma empresa, e que em razão deste venha suceder lesão corporal ou

---

<sup>134</sup> Idem. Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional/ Sebastião Geraldo de Oliveira. – 3.ed. rev., ampl. e atual. – São Paulo: LTr, 2007., pg. 34

<sup>135</sup> Ibidem, pg.34

<sup>136</sup> Idem. Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional/ Sebastião Geraldo de Oliveira. – 3.ed. rev., ampl. e atual. – São Paulo: LTr, 2007. Pg. 28

<sup>137</sup> Ibidem, pg. 30

<sup>138</sup> Ibidem, pg. 30.

<sup>139</sup> Ibidem, pg. 41

perturbação funcional que cause morte, ou a redução ainda que temporária ou permanente para o trabalho.<sup>140</sup>

### 3.2 BEM JURÍDICO TUTELADO PELA CONSTITUIÇÃO DE 1988

A Carta Magna de início passa a legislar sobre direitos de todos, que conforme o caput do artigo 5º<sup>141</sup>, e direito a vida e a segurança, o que se levaria a uma ampla discussão, sobre o que significa o direito à vida, o que engloba esta garantia, poderíamos dentro de um rol extenso, incluir saúde, bem-estar, emprego. E a segurança poderia entender, o direito de ir e vir sem o receio de ver seus bens furtados, pois o estado o protege, trabalhar em lugares onde a sua segurança é garantida pelo empregador.

Como a Constituição separou um título para o rol de direitos e garantias fundamentais, o artigo 6º foi mais claro ao falar sobre esses direitos sociais, elencando dentre eles o direito à saúde, ao trabalho, à segurança e a previdência social.<sup>142</sup>

O inciso XXII do artigo 7º também da Constituição preveu exatamente na segurança do trabalhador tendo como direito, “redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.”

No mesmo artigo no inciso XXVIII, assegura o direito de indenização e o seguro a cargo do empregador em casos de acidente do trabalho em que houver dolo ou culpa.<sup>143</sup>

A Constituição tutelou através destes dispositivos o direito de todo trabalhador condições de um local adequado para o trabalho, que através de normas

---

<sup>140</sup> Ibidem, pg. 41

<sup>141</sup> O texto legal é o seguinte: artigo 5, CF/88; “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”

<sup>142</sup> O texto legal é o seguinte: artigo 6, CF/88, “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição.”

<sup>143</sup> Inciso XXVIII da CF/88, “seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.”

técnicas promovam o bem estar físico, mental, e a facilidade para adaptação ao ambiente de trabalho, pois o direito à saúde e a segurança é hoje uma realidade jurídica.<sup>144</sup>

As reduções de riscos à saúde e segurança é direito de todo trabalhador, podendo utilizar de meios jurídicos quando ameaçado este direito, por isso a importância de todo empregador zelar pela prevenção, e todos os meios necessários para evitar danos no ambiente do trabalho.<sup>145</sup>

### 3.3 RESPONSABILIDADE INDENIZATÓRIA PELO EMPREGADOR OCASIONADA POR ACIDENTE DO TRABALHO

Sebastião Geraldo de Oliveira quando aborda o tema de responsabilidade em acidentes do trabalho, diz que quem causa o dano é responsável pela reparação, normalmente é o empregador numa relação de emprego, mesmo que o ato ilícito seja causado pelo empregado.<sup>146</sup>

A responsabilidade irá surgir quando houver culpa, e toda obrigação surge a culpa, nascedouro para a teoria da responsabilidade objetiva. Para estar a responsabilidade são necessários 4 elementos: a) ofensa a uma norma já existente; b) existência de um dano; c) imputabilidade; d) nexo causal;<sup>147</sup>

Duas correntes teóricas surgem sobre a responsabilidade, a subjetiva e a objetiva, onde a primeira para título de culpa é imputável o agente que não pretendia nem podia prever o fato, tendo agido com cautela, já o segundo surge pela prática ou ocorrência do fato.<sup>148</sup>

---

<sup>144</sup> MORAES, Monica Maria Lauzid de. **O Direito à saúde e segurança no meio ambiente do trabalho: proteção, fiscalização e efetividade normativa** / São Paulo: LTr, 2002. Pg. 49.

<sup>145</sup> Ibidem, pg. 49

<sup>146</sup> “Em regra, responde pela reparação civil o causador do dano. Para as indenizações tratadas neste livro normalmente o responsável é o empregador, quando preenchidos os pressupostos da responsabilidade civil. Mesmo que o ato ilícito provenha de culpa dos prepostos ou outros empregados, a responsabilidade em primeiro plano é do patrão, como dispõe expressamente o art. 932, III, do Código Civil.” (OLIVEIRA, 2007, Pg. 330)

<sup>147</sup> RIZZARDO, op. Cit. pg. 570.

<sup>148</sup> Ibidem, pg. 572/573

A idéia de reparação do dano tem por pressuposto a prática do ato ilícito, o qual vai gerar uma obrigação de restituir o dano causado, não importando qual seja o grau de desatenção, podendo ser ela significativa ou não.<sup>149</sup>

Lembra Sebastião Geraldo de Oliveira que quando surge o dever de reparar um dano decorrente de acidente de trabalho, nas parcelas indenizatórias aparecem modalidades diferentes, são elas: a) dano emergente, dever do empregador reparar os gastos do empregado, ou terceiros com despesas relacionadas ao acidente do trabalho; b) Lucro cessante ou pensão, parcelas de cunho indenizatório pago mensalmente, com a finalidade de manter o mesmo rendimento; c) Danos morais ou estéticos, este tem “caráter extrapatrimonial” e “natureza compensatória”.<sup>150</sup>

### 3.3.1 INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL EM ACIDENTE DO TRABALHO

A idéia de reparação por dano não é algo novo no ordenamento, sempre existiu, e com o progresso da sociedade abordar situações que geraram dano por um ato ilícito e o dever de reparar pela legislação hoje é matéria relevante.<sup>151</sup>

A indenização não se trata de uma punição ou penalização, porque nesta situação não se trata de um crime, adentrando no âmbito criminal, mas com situações que acarretam sanção civil e de caráter compensatório, evitam novas ocorrências.<sup>152</sup>

---

<sup>149</sup> Ibidem, pg. 575

<sup>150</sup> Idem. Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional. 8. Ed. rev., ampl. e atual. – São Paulo: LTr, 2014. pg. 335/336

<sup>151</sup> Idem. Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional. 8. Ed. rev., ampl. e atual. – São Paulo: LTr, 2014. Pg. 246

<sup>152</sup> “Alguns autores entendem que não se mostra cabível a função punitiva da indenização por danos morais, já que a pena deve ser tratada no seu ramo próprio no campo criminal, com observância do princípio nulla poena sine lege. Enfatizam que a indenização deve ficar restrita à sanção civil, pelo que não pode atingir o território da punição de caráter penal, como asseveram os defensores da teoria do valor de desestímulo, inspirada nos punitive damages do Direito norte-americano. Apesar da resistência de parte da doutrina nacional, predomina nos tribunais superiores, conforme já registrado, o sistema aberto que conjuga o caráter compensatório e punitivo da indenização pelo dano moral. Com efeito, também na seara do Direito Civil é cabível o deferimento de indenização com finalidade inibitória de futuras condutas lesivas, com apoio na cláusula penal da ilicitude do art. 186 do Código Civil e na teoria do valor de desestímulo.” (OLIVEIRA, 8º ed. Pg. 255)

Diante de uma relação de trabalho em que o obreiro foi acometido de uma lesão a primeira atitude do empregador é socorrer e sanar a lesão quando ela é exposta.

Contudo, existem lesões que não está exposto para todos vejamos. Aplica-se o dano moral quando o infortúnio laboral afeta a autoestima do obreiro.<sup>153</sup>

O dano moral lida com idéia de compensar a dor, o sofrimento, e angústias do empregado. Sebastião Geraldo de Oliveira ao tratar da matéria diz que aplicar o dano moral em situações de acidente do trabalho é complexo pois atinge a “integridade psicobiofísica”, o resultado do acidente pode ser uma vida toda em uma cadeira de rodas.<sup>154</sup>

Não há como transformar em pecúnia o sofrimento psicológico do trabalhador que possa compensar o dano causado, mas segundo Sebastião de Oliveira pode ser um calmante para amenizar a revolta, ou as tristezas diante da situação que está sendo enfrentada.<sup>155</sup>

A indenização por dano moral decorrente de acidente do trabalho é cabível, conforme tribunais o cabimento é unânime, além de estar amparado pela Constituição, pelo atual Código Civil visto anteriormente a previsão no art. 186, combinado ainda com os artigos 948<sup>156</sup> e 949<sup>157</sup>, garante que outras reparações não devem ser excluídas.<sup>158</sup>

Sebastião de Oliveira diz que alguns juízes têm assumido o posicionamento para quem postula dano moral, deve comprovar qual o dano sofrido, assim como se produz prova para o dano material, entende o autor ser equivocado este entendimento, pois não há como se avaliar quem está mais suscetível, e onde o

---

<sup>153</sup> CAIRO JÚNIOR, José. O acidente do trabalho e a responsabilidade civil do empregador. 6. Ed. São Paulo: LTr, 2013. pg.121

<sup>154</sup> Idem. Proteção Jurídica à saúde do Trabalhador. 6. Ed. Ver. e atual. São Paulo: LTr, 2011. pg. 314

<sup>155</sup> Idem. Proteção Jurídica à saúde do Trabalhador. 6. Ed. Ver. e atual. São Paulo: LTr, 2011. pg. 314

<sup>156</sup> O texto legal é o seguinte: Art. 948. No caso de homicídio, a indenização consiste, sem excluir outras reparações: I - no pagamento das despesas com o tratamento da vítima, seu funeral e o luto da família; II - na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, levando-se em conta a duração provável da vida da vítima.

<sup>157</sup> O texto legal é o seguinte: Art. 949. No caso de lesão ou outra ofensa à saúde, o ofensor indenizará o ofendido das despesas do tratamento e dos lucros cessantes até ao fim da convalescença, além de algum outro prejuízo que o ofendido prove haver sofrido.

<sup>158</sup> OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. Proteção Jurídica à saúde do Trabalhador. 6. Ed. Ver. e atual. São Paulo: LTr, 2011. pg. 315

dano foi de maior proporção, como por exemplo, uma depressão que se tornou um transtorno, a comprovação do resultado lesivo e a conexão com o fato basta para a responsabilização do dano moral.<sup>159</sup>

A indenização por dano moral tem por finalidade uma punição “pedagógica” para quem infringiu as normas de segurança e saúde do trabalho, visando a não repetição no mesmo erro, mas o cuidado para que não repita com outros funcionários.<sup>160</sup>

### 3.3.2 INDENIZAÇÃO POR DANO ESTÉTICO EM ACIDENTE DO TRABALHO

Há entendimentos que o dano estético é gênero da espécie do dano moral, o seu valor indenizável não pode ser atingido, como ocorre no dano material que pode ser mensurado o seu valor.<sup>161</sup>

Foi no IX Encontro de Tribunais de Alçada, realizado em São Paulo no ano de 1997 concluíram que o dano moral e dano estético não se misturam, a indenização por um dedo quebrado, ou uma cicatriz pode ser facilmente percebida e mensurado, diferente do dano moral como visto no item anterior.<sup>162</sup>

O dano estético como uma modalidade do dano moral, é aplicado quando houve um comprometimento da “harmonia física da vítima” conforme explica Sebastião de Oliveira, e que venha causar constrangimentos ou rejeições.<sup>163</sup>

<sup>159</sup> Idem. Proteção Jurídica à saúde do Trabalhador. 6. Ed. Ver. e atual. São Paulo: LTr, 2011. pg. 316

<sup>160</sup> Idem. Proteção Jurídica à saúde do Trabalhador. 6. Ed. Ver. e atual. São Paulo: LTr, 2011. pg. 317

<sup>161</sup> JOSÉ CAIRO, op. Cit. pg. 121

<sup>162</sup> Idem, Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional. 8. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: LTr, 2014 pg. 322

<sup>163</sup> “Além das indenizações por dano material e moral, pode ser cabível a indenização por dano estético, quando a lesão decorrente do acidente do trabalho compromete ou pelo menos altera a harmonia física da vítima. Enquadra-se no conceito de dano estético qualquer alteração morfológica do acidentado, como, por exemplo, a perda de algum membro ou mesmo de um dedo, uma cicatriz ou qualquer mudança corporal que cause repulsa, afeiçãoamento ou apenas desperte a atenção por ser diferente.” (OLIVEIRA, 2014 Pg. 269)

### 3.3.3 INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL EM ACIDENTE DO TRABALHO

O dano material é prejuízo para o indivíduo, caracteriza diminuição do seu patrimônio, podendo ser avaliado monetariamente.<sup>164</sup>

O artigo 402 do Código Civil<sup>165</sup> prevê que as perdas e danos abrangem o que efetivamente perdeu ou deixou de lucrar.

O dano material diante do acidente do trabalho e as doenças ocupacionais, atribuindo ao trabalhador o direito de indenização daquilo que ocasionou a diminuição do seu patrimônio, dividido em dano emergente ou lucro cessante:

A) Dano emergente, são aqueles prejuízos facilmente comprovados, através de recibos com médico, hospital, funeral. É a indenização pelos prejuízos do acidentado efetivamente.

B) Lucro cessante, é a indenização por aquilo que acidentou deixou de ganhar, mesmo que temporariamente<sup>166</sup>. Quando a lesão ocasiona problemas para a saúde, e que impede de exercer a profissão definitivamente, será incluído na indenização as despesas com o tratamento, o valor que deixará de receber além de uma pensão até o fim da vida, ou enquanto durar o impedimento. Outra modalidade é a pensão por morte, quando o acidente resultou em morte, caberá indenização pelas despesas que a família teve com funeral, luto e prestação de alimentos para quem era dependente do morto.<sup>167</sup>

---

<sup>164</sup> OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional. 8. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: LTr, 2014. pg. 242

<sup>165</sup> O texto legal é o seguinte: art.402 “Salvo as exceções expressamente previstas em lei, as perdas e danos devidas ao credor abrangem, além do que ele efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar.”

<sup>166</sup> “Além das perdas efetivas dos danos emergentes, as vítima pode também ficar privada dos ganhos futuros, ainda que temporariamente. Para que a reparação do prejuízo seja completa, o art. 402 do Código Civil determina o cômputo dos lucros cessantes, considerando-se como tais aquelas parcelas cujo recebimento, dentro da razoabilidade, seria correto esperar. Em decorrência desse comando, não deve ser considerada a mera probabilidade de alguma renda, nem se exige, por outro lado, certeza absoluta dos ganhos.” (OLIVEIRA, 2014 pg. 244/245)

<sup>167</sup> Idem, Proteção Jurídica à saúde do Trabalhador. 6. Ed. Ver. e atual. São Paulo: LTr, 2011. pg. 309



José Cairo Júnior discorre que o direito material decorre do dano moral, pois a lesão sofrida ataca seu psicológico e físico ao mesmo tempo, ocasionando a diminuição para o trabalho.<sup>168</sup>

Quando o empregado lesiona um membro, consequentemente houve dano moral, estético, dano emergente, o lucro cessante, além de tudo a dor suportada no momento do acidente.<sup>169</sup>

Estando presente o nexo causal, a culpa e o risco da atividade exercida pelo empregado, adquire o direito de reparação e a garantia de pagamento referente a indenizações decorrente do acidente. O artigo 942 do Código Civil<sup>170</sup>, diz que os bens de que causou a ofensa, ou no caso dano deve responder, então, diante de dano causado por acidente do trabalho, o patrimônio do empregador é quem responde.<sup>171</sup>

### 3.4 PRESCRIÇÃO PARA INDENIZATÓRIA EM ACIDENTE DO TRABALHO

Como o inciso XXVIII do artigo 7º da Constituição<sup>172</sup>, assegurou ao empregado o dever de indenização quando houver acidente de trabalho ocasionado por dolo ou culpa do empregador.

O Direito Civil prevê como visto inicialmente, que quando violado um direito nasce para titular a pretensão para guarnecer o seu direito dentro de um lapso de tempo.

Também foi observado que no direito do trabalho o instituto da prescrição foi delimitado pela Constituição Federal de 1988, através do seu artigo 7, inciso XXIX, bem como pela Consolidação das Leis trabalhistas através do artigo 11.

---

<sup>168</sup> CAIRO JÚNIOR, op. Cit. Pg.119

<sup>169</sup> CAIRO JÚNIOR, op. Cit. pg. 119

<sup>170</sup> O texto legal é o seguinte: art. 7º, inciso XXVIII “os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação.

<sup>171</sup> Idem, Proteção Jurídica à saúde do Trabalhador. 6. Ed. Ver. e atual. São Paulo: LTr, 2011. pg. 308

<sup>172</sup> O texto legal é o seguinte: “Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

E a reponsabilidade do empregador frente ao empregado de zelar pelas condições básicas de local de trabalho digno, garantindo a sua segurança, saúde e higiene. Quando afetado qualquer garantia do empregado, por culpa ou dolo o dever de indenizar o dano sofrido.

Antes da Emenda Constitucional nº 45/04 entrar em vigor havia um conflito de competência entre a justiça comum, e a Justiça do Trabalho, em que se discutia quem deveria julgar os processos que envolviam ações de indenização por acidente do trabalho, já que o art. 643, §2º da CLT<sup>173</sup>, trazia a previsão que esse tipo de demanda estava sujeita ao julgamento da justiça comum.<sup>174</sup>

A Súmula nº 736 do STF<sup>175</sup>, pacificou o entendimento e trouxe luz as controvérsias, determinando que a competência para julgar ações que versas matéria de acidente do trabalho para a Justiça do Trabalho e não mais da Justiça comum.

Em 2005 com a Emenda Constitucional nº. 45/04, e nova redação do artigo 114 da Constituição de 88<sup>176</sup>, rompeu de vez com os conflitos que determinou que ações que buscam indenização decorrente da relação de trabalho era competência da Justiça do Trabalho processar e julgar.<sup>177</sup>

A jurisprudência brasileira desde a Emenda Constitucional nº 45/04, tem adotado distinções nos pedidos de indenização sobre acidente do trabalho, diante da regra do artigo 2.028 do atual Código Civil, da ciência da lesão após 10.1.2003

<sup>173</sup> O texto legal é o seguinte: “Art. 643 - Os dissídios, oriundos das relações entre empregados e empregadores bem como de trabalhadores avulsos e seus tomadores de serviços, em atividades reguladas na legislação social, serão dirimidos pela Justiça do Trabalho, de acordo com o presente Título e na forma estabelecida pelo processo judiciário do trabalho. § 2º - As questões referentes a acidentes do trabalho continuam sujeitas a justiça ordinária, na forma do Decreto n. 24.637, de 10 de julho de 1934, e legislação subsequente.

<sup>174</sup> Idem, Proteção Jurídica à saúde do Trabalhador. 6. Ed. Ver. e atual. São Paulo: LTr, 2011. pg. 317

<sup>175</sup> O texto legal é o seguinte: “COMPETE À JUSTIÇA DO TRABALHO JULGAR AS AÇÕES QUE TENHAM COMO CAUSA DE PEDIR O DESCUMPRIMENTO DE NORMAS TRABALHISTAS RELATIVAS À SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE DOS TRABALHADORES.

<sup>176</sup> O texto legal é o seguinte: “Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: I as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; II as ações que envolvam exercício do direito de greve; III as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores; IV os mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição; V os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o; VI as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho; VII as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho; VIII a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir; IX outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei.

<sup>177</sup> Idem, Proteção Jurídica à saúde do Trabalhador. 6. Ed. Ver. e atual. São Paulo: LTr, 2011. pg. 215

até 1º.1.2005, tendo ciência após 1º.1.2005 utilizando-se do inciso XXIX do art. 7º, da CF/88.

### 3.4.1 PRAZO PRESCRICIONAL PARA INDENIZAÇÃO ENTRE 2003 E 2005 EM ACIDENTE DO TRABALHO

Uma das distinções adotadas pela Emenda Constitucional nº 45/04, é a regra usando como base as datas 10.01.2003 e 01.01.2005, que durante este período que ocorrer a lesão decorrente de acidente do trabalho o prazo para de prescrição será de 3 anos para buscar a indenização, conforme o artigo 206, §3º, inciso V<sup>178</sup> do novo Código Civil.<sup>179</sup>

A responsabilidade civil de indenizar o empregado por qualquer ato ilícito, mesmo que sem vínculo empregatício, devendo ser aplicado as regras do código civil aos trabalhadores, como por exemplo, os estagiários, os cooperadores, os autônomos, os empreiteiros, os representantes comerciais e os prestadores de serviços em geral.<sup>180</sup>

Tomando como exemplo para elucidar o tema, um empregado que adquiriu uma lesão em seus braços, e impossibilitando de continuar no labor, tomando conhecimento da existência da lesão apenas em maio de 2004, vai poder buscar judicialmente a indenização, até maio de 2007, após esta data sua pretensão estará prescrita.

Muito embora exista uma corrente que entende que o prazo correto deveria ser de dez anos, conforme o artigo 205 do Código Civil, argumentando que não se trata apenas reparação de danos.<sup>181</sup>

---

<sup>178</sup> O texto legal é o seguinte: “Art. 206. Prescreve: § 3º Em três anos: V - a pretensão de reparação civil;

<sup>179</sup> ARAÚJO, Francisco Rossal de; COIMBRA, Rodrigo. Direito do Trabalho I. São Paulo: LTr, 2014. pg. 215

<sup>180</sup> Idem, Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional/ Sebastião Geraldo de Oliveira. – 3.ed. rev., ampl. e atual. – São Paulo: LTr, 2007. pg. 39

<sup>181</sup> Idem, Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional. 8. Ed. rev., ampl. e atual. – São Paulo: LTr, 2014. pg. 353

### 3.4.2 PRAZO PRESCRICIONAL PARA INDENIZAÇÃO EM ACIDENTE DO TRABALHO APÓS 1.01.2005

Após a vigência a Emenda Constitucional nº 45/04, a regra utilizada pelos magistrados tem sido a prescrição trabalhista prevista no art. 7º, inciso XXIX da CF/88, quando a ciência da lesão venha ser após a emenda.<sup>182</sup>

Nas ações ajuizadas após este período mencionado, o prazo para prescrição que deverá ser observado será o trabalhista, se porém a lesão ocorreu até 2004, será contudo observado, a regra de transição quanto ao início da contagem da prescrição na aplicação quando for julgado a ação.<sup>183</sup>

Neste mesmo sentido, conforme julgado no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, tendo relator desembargador Francisco Rossal, ação ajuizada após a Emenda Constitucional nº 45/04, a reclamada argui em Recurso Ordinário que as pretensões estariam alcançadas pela prescrição antes do período de 27/02/2008, o relator ressaltou o entendimento majoritário do TST que a contagem do prescrição será observado o momento da ocorrência do acidente do trabalho, caso venha ocorrer após a Emenda Constitucional nº 45/04, será aplicado a prescrição trabalhista.<sup>184</sup>

<sup>182</sup> ARAÚJO, Francisco Rossal de; COIMBRA, Rodrigo. Direito do Trabalho I. São Paulo: LTr, 2014. pg. 215

<sup>183</sup> Idem, Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional. 8. Ed. rev., ampl. e atual. – São Paulo: LTr, 2014. pg. 361

<sup>184</sup> **Acordao do processo 0000244-46.2013.5.04.0030 (RO) Data: 25/06/2015 Origem: 30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre Órgão julgador: 8a. Turma Redator: Francisco Rossal De Araújo Participam: Juraci Galvão Júnior, Fernando Luiz De Moura Cassal EMENTA DOENÇA OCUPACIONAL. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.** A contagem DO prazo prescricional se inicia com a ciência inequívoca do trabalhador acerca da consolidação das lesões. Adota-se o entendimento majoritário do TST, segundo o qual, na hipótese de a ciência da consolidação das lesões ter ocorrido após a vigência da Emenda Constitucional nº 45/04, aplica-se o prazo prescricional previsto no art. 7º, XXIX, da Constituição Federal. **RESPONSABILIDADE CIVIL. DOENÇA OCUPACIONAL. TRABALHO COMO CAUSA.** O desenvolvimento de tenossinovite e epicondilite teve como causa o trabalho desempenhado na ré, pois compreendia a realização de movimentos repetitivos. **INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. PENSÃO MENSAL PAGA EM PARCELA ÚNICA. REDUTOR.** Arbitrando-se o pagamento da indenização pela redução da capacidade laborativa em parcela única, o valor não deve ser exatamente o mesmo daquele que seria alcançado à parte mensalmente, porque poderia inviabilizar economicamente as atividades do empregador e porque o pagamento em uma única parcela é mais benéfico à reclamante, que recebe a totalidade do valor de forma conjunta. **INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.** Ao fixar o valor da indenização, o juiz precisa balizar-se de acordo com critérios mais ou menos objetivos, como a condição econômica das partes, o grau de culpa do ofensor e a gravidade do dano. O valor ainda deve observar uma certa razoabilidade, de forma a não cair nos extremos do alcance de valores irrisórios ou montantes que

### 3.4.3 REGRA DE TRANSIÇÃO PARA POSTULAR INDENIZAÇÃO EM ACIDENTE DO TRABALHO

Como visto anteriormente, o art. 2.028 do CC de 2002<sup>185</sup>, trouxe a previsão quando mais da metade do prazo para prescrição já tenha transcorrido quando vigente a nova lei, aplica-se a lei antiga.

Como a Emenda Constitucional nº 45/04 estabeleceu distinções nos prazos para o empregado postular indenização frente a um acidente do trabalho, e que alguns já vistos acima, a aplicação da regra de transição para tanto também sido utilizada.

A regra de transição será aplicada quando na vigência do Código Civil de 1916 se teve conhecimento da lesão, tendo também em vista questões de segurança jurídica.<sup>186</sup>

A prescrição será de vinte anos, para acidentes que ocorreram antes de 12.01.1993, conforme artigo 177 do Código Civil de 1916, já que em quando na data da vigência do novo código civil já havia passado mais de dez anos, ou seja, mais da metade do prazo.<sup>187</sup>

Outro entendimento sobre a aplicação da regra de transição, conforme entendimento jurisprudencial, nas ações ajuizadas após a Emenda Constitucional nº 45/04 para postular indenizações ocasionadas por acidente do trabalho, mesmo que a lesão tenha ocorrido até 2004, para Sebastião Geraldo de Oliveira deve se observar a regra de transição para aplicar a prescrição.<sup>188</sup>

---

importem no enriquecimento da vítima ou ruína do devedor. Hipótese em que o valor arbitrado na sentença mostra-se razoável e proporcional, observando os critérios mencionados.

<sup>185</sup> O texto legal é o seguinte: “Art. 2.028. Serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos por este Código, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada.

<sup>186</sup> ARAÚJO, Francisco Rossal de; COIMBRA, Rodrigo. Direito do Trabalho I. São Paulo: LTr, 2014. pg. 215

<sup>187</sup> Idem, Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional. 8. Ed. rev., ampl. e atual. – São Paulo: LTr, 2014. pg. 351

<sup>188</sup> Idem, Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional. 8. Ed. rev., ampl. e atual. – São Paulo: LTr, 2014. pg. 360

### 3.5 SUMULA 278 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, E A INDENIZAÇÃO EM ACIDENTE DO TRABALHO

O Superior Tribunal de Justiça ao tratar do assunto sobre a prescrição sobre ações indenizatórias determinou o termo inicial para tanto, qual seja, quando o indivíduo tomou conhecimento inequívoco da incapacidade para permanecer na atividade laboral, assim dispõe: “O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral.”

Nos julgados do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, inúmeros acórdãos em seu relatório traz o argumento da reclamada em sua defesa a Súmula nº 278 do STJ<sup>189</sup>, sob o argumento que a reclamante tomou ciência da lesão em determinada, e que as parcelas anteriores a este período estão alcançadas pela prescrição.

O que de fato tem sido observado é a ciência inequívoca da lesão, observando as provas de exames médicos, perícias e até atestado de afastamento do trabalho decorrente do acidente do trabalho ou da doença ocupacional, devidamente juntada pela reclamante para comprovar o dano.

Conforme Sebastião de Oliveira, o a ciência inequívoca da incapacidade que determinou a Súmula, não é do conhecimento da doença, ou a contar do dia do acidente, mas do momento que se consolidou os efeitos danosos que a doença ou o acidente ocasionou da incapacidade parcial ou total.<sup>190</sup>

Ajuizada a ação de indenização por acidente do trabalho com o empregado afastado recebendo benefício previdenciário ou aposentadoria por invalidez, a prazo prescricional será o quinquenário, pois não houve a extinção do contrato, mas sim a suspensão.<sup>191</sup>

Algumas enfermidades se prolongam no tempo muitas vezes demoram para realmente mostrarem seus efeitos, como o exemplo o câncer, que pode surgir depois de anos de quem manuseou com máquinas de Raio X.

---

<sup>189</sup> O texto legal é o seguinte: “O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral.

<sup>190</sup> Idem, Proteção Jurídica à saúde do Trabalhador. 6. Ed. Ver. e atual. São Paulo: LTr, 2011. pg. 336

<sup>191</sup> Idem, Proteção Jurídica à saúde do Trabalhador. 6. Ed. Ver. e atual. São Paulo: LTr, 2011. pg.337

A brecha desta Súmula e que tem gerado discussões ao julgar está sendo como saber quando ocorreu a ciência inequívoca da lesão? Qual deve ser o termo inicial?

O termo inicial da ciência inequívoca explica Sebastião de Oliveira, quando o empregado tem conhecimento da doença sem deixar dúvidas, do grau da incapacidade, da consolidação da doença e dos efeitos da mesma.<sup>192</sup> Diferentemente do que as reclamadas ao apresentar a defesa na sombra da Súmula nº 278 do STJ, juntando datas da extinção do contrato, do diagnóstico, da data que houve o afastamento, ou apresentando duas teorias para o juiz decidir qual está de acordo.

O Superior Tribunal de Justiça ao julgar matéria que envolvam a Súmula nº 278, apresenta vários entendimentos.

A Ministra Maria Thereza de Assis Moura ao aplicar a prescrição ao julgar o acidente de um militar acometido pela cegueira total do olho esquerdo em virtude de um acidente ocorrido no trabalho em maio de 1978.

O último requerimento administrativo foi solicitado pelo militar foi em abril de 1986, a ação ajuizada em novembro de 1988, entendeu a ministra que a prescrição aplicável não é quinquenal. Menciona em seu voto que o entendimento do STJ, considera o termo inicial o momento que o acidentado tem a ciência inequívoca da sua invalidez ou a extensão da incapacidade.<sup>193</sup>

O Ministro Teori Albino Zavascki ao julgar caso semelhante, o julgado tratava de indenização por danos morais e matérias decorrente de acidente do

<sup>192</sup> Idem, Proteção Jurídica à saúde do Trabalhador. 6. Ed. Ver. e atual. São Paulo: LTr, 2011. pg. 337

<sup>193</sup> BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. **AgRg no AGRADO DE INSTRUMENTO Nº 909.996 - RJ (2007/0122983-7)RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA** AGRAVANTE : UNIÃO AGRAVADO : ANTÔNIO FERNANDO DE SOUZA FERREIRA ADVOGADO : WILLIAN CARDOSO AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO.ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. MILITAR. DEFICIÊNCIA VISUAL. ÂMBITO DO SERVIÇO. REFORMA NO MESMO POSTO. PRESCRIÇÃO. Julgado em: 30 out de 2007 1. Em caso de doença ou acidente grave no âmbito do serviço militar, o termo inicial do prazo prescricional não está necessariamente relacionado à data do evento, mas sim ao momento em que a vítima tem inequívoca ciência de sua invalidez, ou a extensão de sua incapacidade. 2. É concedida a reforma para militar com incapacidade total e definitiva para qualquer trabalho ou ofício perante às Forças Armadas, adquirida no âmbito da prestação do serviço militar ativo. 3. Agravo regimental improvido.” Sendo assim, a jurisprudência desta egrégia Corte Superior de Justiça, em casos semelhantes a este, tem considerado que o termo inicial do prazo prescricional não está necessariamente relacionado à data do evento, mas sim ao momento em que a vítima tem inequívoca ciência de sua invalidez, ou a extensão de sua incapacidade” Disponível em: [https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=3510934&num\\_registro=200701229837&data=20071126&tipo=5&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=3510934&num_registro=200701229837&data=20071126&tipo=5&formato=PDF). Acesso em: 26/09/2015

trabalho, a diminuição da capacidade laborativa em virtude da perda da visão também do olho esquerdo.<sup>194</sup>

O Ministro quando passa a julgar, inicia abordando questões da ciência inequívoca da invalidez acompanhando o entendimento adotado pelo e. Tribunal.<sup>195</sup>

Ao tratar da prescrição o argumento da recorrente que o termo inicial a ser considerado a data das consultas médicas em 1991, o Ministro entendeu improcedente este pedido e aplicou prescrição da data do atendimento médico constatando a perda total da visão, em 1994.<sup>196</sup>

No mesmo sentido o entendimento do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região ao julgar matérias e utilizando o entendimento da Súmula nº 278 do STJ.

<sup>194</sup> BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 700.716. Recorrente : Estado De Mato Grosso Do Sul Procurador : Norton Riffel Camatte E Outros Recorrido : Paulo De Souza Brito Advogado : Ceciliano José Dos Santos E Outro. Relator: TEORI ALBINO ZAVASCKI, Brasília, 04 abril de 2006. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS E MATERIAIS. ACIDENTE DE TRABALHO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. DATA DA EFETIVA CONSTATAÇÃO DO DANO. RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 07/STJ. 1. "O termo *a quo* para aferir o lapso prescricional para ajuizamento de ação de indenização contra o Estado não é a data do acidente, mas aquela em que a vítima teve ciência inequívoca de sua invalidez e da extensão da incapacidade de que restou acometida." (RESP 673.576/RS, Rel. Min. José Delgado, 1ª Turma, DJ de 21.03.2005) 2. É vedado o reexame de matéria fático-probatória em sede de recurso especial, a teor do que prescreve a Súmula 07 desta Corte. 3. Recurso especial a que se nega provimento. Disponível em: [https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=2349812&num\\_registro=200401586062&data=20060417&tipo=5&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=2349812&num_registro=200401586062&data=20060417&tipo=5&formato=PDF)

<sup>195</sup> "Relativamente ao termo inicial da prescrição, esta Corte já assentou o entendimento de que, em ação de indenização contra o Estado, o prazo prescricional só passa a fluir a partir da efetiva constatação do dano, ou seja, da data em que a vítima teve ciência plena de sua invalidez, nascendo, daí, a possibilidade de sujeitar o Estado à reparação dos danos. Assim, não merece reforma o aresto atacado, vez que se coaduna com o entendimento dessa Corte. (Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, REsp 700.716)

<sup>196</sup> "3. Quanto à alegação de que a contagem do prazo prescricional deve escoar a partir do ano de 1991, o recurso não pode ser conhecido. É que o acórdão entendeu que o recorrido tem razão ao afirmar "que o direito indenizatório só restou plenamente configurado com a declaração oriunda dos exames pericial-médicos a que se submeteu nos consultórios e laboratórios do próprio apelado [ora recorrente]" (fl. 297). O recorrente, por sua vez, alega que, ao contrário do que constatou o acórdão recorrido, o dano já havia sido configurado desde a consulta médica realizada em 1991, razão porque o termo inicial da prescrição deve ser a data deste atendimento médico. Entender o contrário do que restou expressamente consignado no acórdão recorrido, acatando os argumentos do recorrente, demandaria o reexame do suporte probatório dos autos, o que é vedado na via do recurso especial, a teor do que prescreve a Súmula 07 desta Corte. 4. Tendo em vista que o termo inicial da prescrição deve ser o fixado pelo acórdão recorrido, isto é, a data do atendimento médico que atestou a completa perda da função visual no olho esquerdo do recorrido (1994), resta prejudicada a discussão para saber se o prazo prescricional será quinquenal ou vintenário, uma vez que, em qualquer dos casos, não se verificará a prescrição da pretensão do ora recorrido. Desta forma, deixo de apreciar o recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional. (MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI, REsp 700.716)



O Desembargador Marcelo José Ferlim D Ambroso ao julgar um agravo enfrentou a matéria. A agravante pretendia afastar a prescrição total aplicada ao Recurso Ordinário pelo relator, também sustentando que a Súmula do STJ era inaplicável neste Tribunal, mas apenas as Súmulas do TST. Em tese de prescrição defendeu que o obreiro teve ciência do grau da sua enfermidade em 2005, que constatou carcinoma na glândula salivar. O reclamante atribuía a causa com a relação de emprego, já que trabalhava em um laboratório na empresa, e constantemente era exposto a agentes químicos.<sup>197</sup>

O Desembargador passou a julgar e no seu voto entende que diante desta situação não há como definir um marco inicial da doença, mesmo que presente um laudo médico em 2005 diagnosticando a enfermidade. Há restrições para o empregador, mesmo estando apto para o trabalho, está em observação porque os riscos da enfermidade não cessaram.<sup>198</sup>

<sup>197</sup> RIO GRANDE DO SUL. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Recurso Ordinário nº N°0000516- 15.2012.5.04.0761. Órgão Julgador: 2ª Turma

Agravante: INNOVA S.A. - Adv. Fernanda Moser, Adv. Roberto Pierri Bersch Agravado: DESPACHO DO DESEMBARGADOR DO TRABALHO RELATOR DO PROCESSO DESEMBARGADOR MARCELO JOSÉ FERLIN D AMBROSO Litisconsorte: HENRIQUE MAYA SANTOS - Adv. Evaristo Luiz Heis E M E N T A AGRAVO. PROVIMENTO MONOCRÁTICO DO RECURSO ORDINÁRIO. INDENIZAÇÕES DECORRENTES DE DOENÇA OCUPACIONAL. PRESCRIÇÃO. MARCO INICIAL. SÚMULAS DO STF E STJ. JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO ADOTADA POR ESTA CORTE. Constatada contrariedade da decisão de primeiro grau às Súmulas 230 do STF e 278 do STJ e à jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, acatada por esta Corte, acerca do marco inicial da prescrição no caso de acidente do trabalho ou doença ocupacional, é cabível provimento monocrático do recurso ordinário do autor, nos termos do art. 557, § 1º, do CPC, dispositivo de aplicação subsidiária ao processo do trabalho, conforme a Instrução Normativa 17/1999 e a Súmula 435, ambas do c. TST. Porto Alegre, 29 agosto de 2014. Disponível em:

[http://www.trt4.jus.br/portal/portal/trt4/consultas/consulta\\_lista/ConsultaProcessualWindow?svc=consultaBean&nroprocesso=0000516-15.2012.5.04.0761&operation=doProcesso&action=2&intervalo=90](http://www.trt4.jus.br/portal/portal/trt4/consultas/consulta_lista/ConsultaProcessualWindow?svc=consultaBean&nroprocesso=0000516-15.2012.5.04.0761&operation=doProcesso&action=2&intervalo=90)  
acesso em: 22/09/2015

<sup>198</sup> "O laudo médico da fl. 42, datado de 29/08/2011, evidencia que o autor estava em período de preservação e foi desaconselhado a trabalhar em laboratório químico. O laudo da fl. 41, datado de 03/05/2012, no mesmo sentido, dá conta que durante o período de 2010, 2011 e 2012 o autor vinha realizando "videolaringoscopias a cada 6 meses para controle da doença", "não evidenciando recidiva da doença e/ou a presença de segundo tumor primário" (fl. 41). O laudo da perícia médica realizado nestes autos é conclusivo no sentido de que o demandante "apresenta quadro clínico e exames complementares compatíveis com carcinoma de glândula salivar, condição que tem causas multifatoriais (exposição a substâncias químicas na reclamada e em empregos anteriores na área petroquímica, características genéticas, poluentes ambientais, entre outros), encontrando-se apto para atividades laborais, com restrição para trabalho em laboratório" (fl. 907 - grifei). Neste contexto, concessa maxima venia ao entendimento sustentado pelo Juízo a quo, não há como considerar que a ciência inequívoca dos danos, da sua extensão e do resultado gravoso para a sua saúde seja a própria data do diagnóstico da doença (em 2005) ou do término do período de afastamento, máxime porque os laudos médicos juntados à inicial evidenciam que, até pelo menos, maio de 2012, o autor permanecia em período de preservação, vale dizer, ainda existiam dúvidas acerca da gravidade e

Adotando o entendimento da Súmula nº 278 do STJ, o marco inicial para a prescrição deve ser da data do laudo médico, que é 15/07/2013. E por força do artigo 7º, XXIX da Constituição, a prescrição aplicada seria a trabalhista, tendo em vista a data do ajuizamento da ação que foi em 07/12/2012, o desembargador não aplicou prescrição no julgado por não estar presente a prescrição.<sup>199</sup>

Diante de casos concretos aplicados em nossos tribunais da Súmula nº 278 do STJ, é pacífico o entendimento que o marco inicial da ciência inequívoca não pode ser como uma regra, pois cada situação tem sua particularidade e deve ser criterioso quem no momento de julgar não ferir o direito da vítima.

---

extensão do resultado gravoso da doença à sua saúde.” (DESEMBARGADOR MARCELO JOSÉ FERLIN D AMBROSO, RO Nº0000516- 15.2012.5.04.0761 do TRT 4º Região)

<sup>199</sup> Com efeito, na forma da Súmula 230 do STF, adotando a Súmula 278 do STJ, e na esteira da jurisprudência dominante deste Regional e do Tribunal Superior do Trabalho, entende-se que o marco inicial da prescrição das pretensões indenizatórias decorrentes de acidente do trabalho e doença ocupacional é a data em que ciente o autor da conclusão da perícia médica nestes autos (15/07/2013, fl. 909), de modo que apenas neste momento poder-se-ia, em tese, dimensionar a extensão e os limites do agravo sofrido à sua saúde, caracterizando a ciência inequívoca exigida. Portanto, merece provimento o recurso ordinário, para ser tomado como íes a quo do prazo prescricional a data em que o emandante teve ciência das conclusões periciais nestes autos, em 15/07/2013. Esclareço que, por força da Emenda Constitucional 45/2004, e considerando a ciência inequívoca das lesões em 15/07/2013, a prescrição a ser pronunciada é a trabalhista, quinquenal, consoante a previsão do art. 7º, XXIX, da Constituição da República, em detrimento da prescrição civil de três anos. De qualquer sorte, considerada a data da ciência inequívoca das lesões e o ajuizamento da ação em 07/12/2012, buscando o reconhecimento de direitos derivados de doença laboral, não há prescrição a ser pronunciada, seja a civil seja a trabalhista.” (DESEMBARGADOR MARCELO JOSÉ FERLIN D AMBROSO, RO Nº0000516- 15.2012.5.04.0761 do TRT 4º Região)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo trabalhador é digno de receber o seu salário, é digno de um local seguro, é direito seu ter sua saúde em perfeito estado.

A realidade no Brasil e no mundo tem sido outra, o empregado submete-se a situações difíceis de trabalho por é necessário para manter seu sustento, e a idéia de exploração para aqueles que são superiores nestas relações continua, não pode generalizar, mas que tudo indica para alguns o tempo da escravidão não passou.

A Previdência Social ao publicar números de registros de acidente do trabalho, e auxílio por doença do trabalho em janeiro deste ano demonstra que o Brasil ainda anda em passos lentos em fiscalizar as normas de prevenção que esses acidentes não ocorram.

Obreiros ainda estão suscetíveis a lesões no âmbito laboral, é garantia fundamental ambiente seguro conforme a Constituição, quando lesada é direito de quem sofreu o dano buscar judicialmente a indenização.

O presente trabalho teve por objetivo discutir situações sobre o acidente do trabalho e o dever do trabalhador indenizar quando a lesão foi ocasionado por dolo ou culpa, e diante do ordenamento jurídico os prazos para o empregado reivindicar estes direitos.

Localizando antes de tudo a previsão do instituto da prescrição no Direito Civil, que diante do contexto histórico foi onde nasceu o instituto ainda no Direito romano. E com o Código Civil de 1916 fazendo menção da matéria.

As situações que cabem a prescrição, e as causas que impedem, suspendem e interrompem a prescrição. Adentrando então no Direito do Trabalho, e a aplicação do instituto dentro do ordenamento jurídico, e na jurisprudência Brasileira.

Como por exemplo as parcelas que integravam os depósitos nas contas do FGTS, a Súmula nº 362 do TST estabelecia o prazo prescricional era de trinta anos, contudo o Ministro Gilmar Mendes ao julgar um Agravo em Recurso Extraordinário em 2014, entendeu que está Súmula feria os prazos prescricionais trabalhistas da Constituição no artigo 7º, inciso XXIX, pacificando o STF decisão com efeitos *ex nunc* que o prazo a ser utilizado é o de cinco anos.

Outra discussão também encontrada com relação a aplicação do prazo de prescrição para o empregado doméstico, já que a CLT determinou que quanto aos

empregados domésticos não se aplicava a legislação prevista na CLT, a Constituição também não especificou, a esperança estava na Lei-Complementar nº 150, mas também foi omissa, e entendimento adotado então é o mesmo da Constituição.

Mesmo diante de tantos questionamentos com relação ao instituto e os prazos que devem ser aplicados, diante da indenização por acidente do trabalho também não é diferente, que é o objetivo principal deste trabalho.

Quando o empregado sofre uma lesão no ligado a relação do trabalho, cabe ao empregador indenizar.

Esta lesão ocasionada pela atividade laboral, é chamada de acidente do trabalho ou então a doença do trabalho. O último capítulo deste trabalho, procurar situar situações de acidente de trabalho, acidente típico, acidente *in itinere*, ou ainda as doenças ocupacionais também decorrentes da relação de emprego, que venham a causar diminuição da capacidade laboral temporária, ou permanente, até mesmo a morte.

O dever do empregador indenizar os danos ocasionados, podendo ser moral, material ou estético.

A legislação separou em três momentos:

- A) Acidentes ocorridos na vigência do Código Civil de 1916, o prazo prescricional a ser utilizado será o Civil;
- B) Acidentes na lacuna de tempo da vigência do Código Civil de 2002 até a Emenda Constitucional nº 45/04, o prazo a ser utilizado era de 3 anos;
- C) E após a vigência da Emenda Constitucional nº 45/04, o prazo a ser utilizado é o previsto no artigo 7º, inciso XXIX da Constituição, cinco anos;

A ciência do acidente, ou da enfermidade e a gravidade é que determina o prazo prescricional que será utilizado.

A grande discussão está em torno da Súmula nº 278 do STJ, que determina o marco inicial da aplicação do prazo prescricional será da ciência inequívoca da gravidade da enfermidade ou do acidente.

O ponto principal é saber o que será a ciência inequívoca para estabelecer o marco inicial, para acidentes típicos fica mais fácil encontrar este termo.

Mas em situações de doenças do trabalho, como aqueles que sua atividade laboral é dentro de laboratório, manipulando produtos químicos, e que futuramente pode resultar em uma doença cancerígena, como saber o momento da ciência

inequívoca que resultou na enfermidade, conforme jurisprudência arrolado no trabalho. Até porque o funcionário mesmo que afastado do laboratório não se sabe se o câncer pode voltar.

Nesta situação como mensurar o dano causado, pois o dano material juntando os comprovantes dos gastos até o momento, é possível ressarcir o dano na proporção certa dispensada, mas quando a enfermidade ocasiona um dano sem ter como mensurar em valores.

Alguns julgados têm utilizado o marco inicial do momento da perícia médica que atestou a gravidade da enfermidade, entendendo ser este o momento da ciência inequívoca, aplicando a prescrição contado desta data.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Isis de. **Curso de Legislação do Trabalho**. 3ed. Sugestões Literárias S/A. São Paulo, 1978.

AMARAL, Francisco. **Direito Civil: Introdução**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003

ARAÚJO, Francisco Rossal de; COIMBRA, Rodrigo. **Direito do Trabalho I**. São Paulo: LTr, 2014.

\_\_\_\_\_, Francisco Rossal de; RUBIN, Fernando. **Acidentes do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2013.

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do trabalho**. – 9 ed. – São Paulo: LTr, 2013

BEVILÁQUA, Clóvis. **Teoria Geral do Direito Civil**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1980.

BRASIL. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Planalto**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm). Acesso em: 28 set. 2015

\_\_\_\_\_, **Previdência Social**. Disponível em: [http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2015/08/Aux-Doenca-Conc-Prev-e-Acid-X-CID-e-Clientela\\_2015-Acid.pdf](http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2015/08/Aux-Doenca-Conc-Prev-e-Acid-X-CID-e-Clientela_2015-Acid.pdf); acesso em 28/09/2015

\_\_\_\_\_, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm), acesso em: 10/07/2015

\_\_\_\_\_, Decreto –Lei N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943. **Planalto**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm), acesso em 01/09/2015

\_\_\_\_\_, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. **Planalto**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8078.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm), acesso em 24/09/2015

\_\_\_\_\_, Decreto nº 20.910, de 06 de janeiro de 1932. **Planalto**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D20910.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D20910.htm). Acesso em: 01/08/2015.

\_\_\_\_\_, Supremo Tribunal do Trabalho. Súmula nº 308. Disponível em:  
[http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas\\_com\\_indice/Sumulas\\_Ind\\_301\\_350.html#SUM-308](http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_301_350.html#SUM-308). Acesso em: 01/08/2015

\_\_\_\_\_, Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972. **Planalto**. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5859.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5859.htm). Acesso em: 10/08/2015.

\_\_\_\_\_, Lei complementar nº 150, de 1º de junho de 2015. **Planalto**. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp150.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm). Acesso em: 22/08/2015

\_\_\_\_\_, Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990. **Planalto**. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8036consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8036consol.htm). Acesso em: 23/08/2015

\_\_\_\_\_, Supremo Tribunal Federal. Súmula nº 362. Disponível em:  
[http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas\\_com\\_indice/Sumulas\\_Ind\\_351\\_400.html#SUM-362](http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_351_400.html#SUM-362). Acesso em: 23/08/2015

\_\_\_\_\_, Superior Tribunal de Justiça. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 709.212 PROCED. : DISTRITO FEDERAL RELATOR : MIN. GILMAR MENDES RECTE.(S) : BANCO DO BRASIL S/A ADV.(A/S) : JAIRO WAISROS E OUTRO(A/S) RECD.(A/S) : ANA MARIA MOVILLA DE PIRES E MARCONDES ADV.(A/S) : JOSÉ EYMARD LOGUERCIO E OUTRO(A/S) Plenário, 13.11.2014. Disponível em:  
<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=7780004>; acesso em: 23/09/2015.

\_\_\_\_\_, Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990. **Planalto**. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D99684.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D99684.htm). Acesso em: 15/09/2015

\_\_\_\_\_, Tribunal Superior do Trabalho. Súmula nº 206. Disponível em:  
[http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas\\_com\\_indice/Sumulas\\_Ind\\_351\\_400.html#SUM-362](http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_351_400.html#SUM-362). Acesso em: 13/09/2015.

\_\_\_\_\_, Tribunal Superior do Trabalho. Súmula nº 294. Disponível em:  
[http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas\\_com\\_indice/Sumulas\\_Ind\\_251\\_300.html#SUM-294](http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_251_300.html#SUM-294). Acesso em: 22/09/2015

\_\_\_\_\_, Tribunal Superior do Trabalho. Súmula nº 291. Disponível em:  
[http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas\\_com\\_indice/Sumulas\\_Ind\\_251\\_300.html#SUM-291](http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_251_300.html#SUM-291). Acesso em: 22/09/2015

\_\_\_\_\_, Tribunal Superior do Trabalho. Súmula nº 275. Disponível em:  
[http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas\\_com\\_indice/Sumulas\\_Ind\\_251\\_300.html#SUM-275](http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_251_300.html#SUM-275). Acesso em: 22/09/2015

\_\_\_\_\_, Tribunal Superior do Trabalho. Súmula nº 326. Disponível em:  
[http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas\\_com\\_indice/Sumulas\\_Ind\\_301\\_350.html#SUM-326](http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_301_350.html#SUM-326). Acesso em: 22/09/2015

\_\_\_\_\_, Tribunal Superior do Trabalho. Súmula nº 6. Disponível em:  
[http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas\\_com\\_indice/Sumulas\\_Ind\\_1\\_50.html#SUM-6](http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_1_50.html#SUM-6). Acesso em: 22/09/2015

\_\_\_\_\_, Tribunal Superior do Trabalho. Súmula nº 373. Disponível em:  
[http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas\\_com\\_indice/Sumulas\\_Ind\\_351\\_400.html#SUM-373](http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_351_400.html#SUM-373). Acesso em: 22/09/2015

\_\_\_\_\_, Tribunal Superior do Trabalho. Súmula nº 452. Disponível em:  
[http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas\\_com\\_indice/Sumulas\\_Ind\\_451\\_500.html#SUM-452](http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_451_500.html#SUM-452). Acesso em: 22/09/2015

\_\_\_\_\_, Tribunal Superior do Trabalho. Súmula nº 327. Disponível em:  
[http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas\\_com\\_indice/Sumulas\\_Ind\\_301\\_350.html#SUM-327](http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_301_350.html#SUM-327). Acesso em: 22/09/2015

\_\_\_\_\_, Tribunal Superior de Justiça. Súmula nº 409. Disponível em:  
<http://www.stj.jus.br/SCON/sumulas/toc.jsp?livre=409&&b=SUMU&thesaurus=JURIDICO&p=true>. Acesso em: 22/09/2015

\_\_\_\_\_, lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. **Planalto**. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8213cons.htm). Acesso em: 24/09/2015

\_\_\_\_\_, Supremo Tribunal Federal. Súmula nº 736. Disponível em:  
<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=736.NUME.%20NAO%20S.FLSV.&base=baseSumulas>. Acesso em: 22/09/2015

\_\_\_\_\_, Superior Tribunal de Justiça. Súmula nº 278. Disponível em:  
<http://www.stj.jus.br/SCON/sumulas/toc.jsp?livre=278&&b=SUMU&thesaurus=JURIDICO&p=true>. Acesso em: 22/09/2015

\_\_\_\_\_, Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental em Agravo de Instrumento nº 909.996. Agravante : união Agravado : Antônio Fernando de Souza Ferreira advogado : Willian Cardoso. Relator: Ministra Maria Thereza de Assis Moura. Brasília, 30 out de 2007. Disponível em:  
[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=3510934&num\\_registro=200701229837&data=20071126&tipo=5&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=3510934&num_registro=200701229837&data=20071126&tipo=5&formato=PDF). Acesso em: 26/09/2015



\_\_\_\_\_, Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 700.716. Recorrente : Estado De Mato Grosso Do Sul Procurador : Norton Riffel Camatte E Outros Recorrido : Paulo De Souza Brito Advogado : Ceciliano José Dos Santos E Outro. Relator: TEORI ALBINO ZAVASCKI, Brasília, 04 abril de 2006. Disponível em: [https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=2349812&num\\_registro=200401586062&data=20060417&tipo=5&formato=P](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=2349812&num_registro=200401586062&data=20060417&tipo=5&formato=P) DF, acesso em: 22/09/2015

CARRIOM, Valentim. **Comentários à CLT. Legislação Complementar/ Jurisprudência**. Atualizado por Eduardo Carriom. Ed. 39. Revista e Atualizada Saraiva. São Paulo. 2014.

CAIRO JUNIOR, José. O acidente do trabalho e a responsabilidade civil do empregador. 6. Ed. São Paulo: LTr, 2013.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do trabalho**. – 7. Ed. – São Paulo: LTr, 2008.

DINIZ, Maria helena. **Código Civil anotado/ Maria Helena Diniz. – 9. Ed. ver. E atual. de acordo com o novo Código Civil (Lei n. 10.406, de 10-01-2002)**. São Paulo: Saraiva, 2003.

\_\_\_\_\_, Maria Helena. **Comentários ao Código Civil: Parte Especial: disposições finais e transitórias, v. 22 (arts. 2.028 a 2.046) Maria Helena Diniz; coord. Antonio Junqueira de Azevedo**. – São Paulo: Saraiva, 2003.

JUNIOR, Humberto Theodoro. **Comentários ao novo Código Civil, volume 3, t.2: Dos defeitos do negócio Jurídico ao final do livro III**. Rio de Janeiro: Forense, 2003

LEAL, Antônio Luís da Câmara. **Da Prescrição e da Decadência**. 2 ed. Rio: Ed. Forense, 1959.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. 25.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MORAES, Monica Maria Lauzid de. **O Direito à saúde e segurança no meio ambiente do trabalho: proteção, fiscalização e efetividade normativa** / São Paulo: LTr, 2002.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. **Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional**. 8. Ed. rev., ampl. e atual. – São Paulo: LTr, 2014. Paulo, 1978.

\_\_\_\_\_, Sebastião Geraldo de. **Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional**. – 3.ed. rev., ampl. e atual. – São Paulo: LTr, 2007.

\_\_\_\_\_, Sebastião Geraldo de. **Proteção Jurídica à saúde do Trabalhador**. 6. Ed. Ver. e atual. São Paulo: LTr, 2011.

PELUZO, Cezar. **Código Civil comentado: doutrina e jurisprudência : Lei n. 10.406, de 10.01.2002: Contém o Código Civil de 1916/ coordenador Cezar Peluso**. – 4. Ed. ver. E atual. – Barueri, SP: Manole, 2010.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2000.

RIZZARDO, Arnaldo. **Parte Geral do Código Civil: Lei n. 10.406, de 10.01.2002**. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

\_\_\_\_\_, Tribunal Regional do Trabalho da 4º Região. Recurso Ordinário nº N°0000516- 15.2012.5.04.0761. Órgão Julgador: 2ª Turma Agravante: INNOVA S.A. - Adv. Fernanda Moser, Adv. Roberto Pierri Bersch Agravado: DESPACHO DO DESEMBARGADOR DO TRABALHO RELATOR DO PROCESSO DESEMBARGADOR MARCELO JOSÉ FERLIN D AMBROSO Litisconsorte: HENRIQUE MAYA SANTOS - Adv. Evaristo Luiz Heis. Porto Alegre, 29 agosto de 2014. Disponível em:  
[http://www.trt4.jus.br/portal/portal/trt4/consultas/consulta\\_lista/ConsultaProcessualWindow?svc=consultaBean&nroprocesso=0000516-15.2012.5.04.0761&operation=doProcesso&action=2&intervalo=90](http://www.trt4.jus.br/portal/portal/trt4/consultas/consulta_lista/ConsultaProcessualWindow?svc=consultaBean&nroprocesso=0000516-15.2012.5.04.0761&operation=doProcesso&action=2&intervalo=90) acesso em: 22/09/2015  
 SÃO PAULO, Universidade de Campinas. Disponível em:  
<http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/LiteraturaInfantil/conthist.htm>; acesso em 27/09/2015

\_\_\_\_\_, Tribunal Regional do Trabalho da 4º Região. 0000360-03.2013.5.04.0014. Relator: DESEMBARGADOR JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA. Disponível em:  
[http://gsa5.trt4.jus.br/search?q=cache:FPD0DHEGNhsJ:iframe.trt4.jus.br/gsa/gsa.jurisp\\_sdcpsp.baixar%3Fc%3D54294005+Relator:+DESEMBARGADOR+JO%C3%83O+ALFREDO+BORGES+ANTUNES+DE+MIRANDA+sumula+206+lanche+e+jantares+inmeta:DATA\\_DOCUMENTO:2014-09-28..2015-09-28++&client=jurisp&site=jurisp\\_sp&output=xml\\_no\\_dtd&proxystylesheet=jurisp&ie=UTF-8&lr=lang\\_pt&proxyreload=1&access=p&oe=UTF-8](http://gsa5.trt4.jus.br/search?q=cache:FPD0DHEGNhsJ:iframe.trt4.jus.br/gsa/gsa.jurisp_sdcpsp.baixar%3Fc%3D54294005+Relator:+DESEMBARGADOR+JO%C3%83O+ALFREDO+BORGES+ANTUNES+DE+MIRANDA+sumula+206+lanche+e+jantares+inmeta:DATA_DOCUMENTO:2014-09-28..2015-09-28++&client=jurisp&site=jurisp_sp&output=xml_no_dtd&proxystylesheet=jurisp&ie=UTF-8&lr=lang_pt&proxyreload=1&access=p&oe=UTF-8). Acesso em: 22/09/2015

